

Departamento de Economia Política

Menos um Nó, Menos um Laço:
O papel das redes sociais no trajecto de vida de mulheres assistidas, em
situação de monoparentalidade

Ricardo Martins Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:

Professora Doutora Sílvia Portugal,
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Outubro, 2010



Departamento de Economia Política

Menos um Nó, Menos um Laço:
O papel das redes sociais no trajecto de vida de mulheres assistidas, em
situação de monoparentalidade

Ricardo Martins Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:

Professora Doutora Sílvia Portugal,
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Outubro, 2010

RESUMO

Este trabalho discute uma situação pouco estudada: o caso das mulheres assistidas em situação de monoparentalidade, e o papel das redes sociais nos seus trajectos de vida. A monoparentalidade é uma situação crescente na Europa, e em Portugal, heterogénea, e que afecta sobretudo mulheres. Sendo as origens sociais das famílias monoparentais diversas, este é o grupo social que mais vulnerável está a situações de pobreza e exclusão social, tanto mais se não houve uma preparação prévia da situação, e se se tratam de mulheres com menos recursos (económicos, educacionais, sociais).

Sendo conhecida a combinação particular entre Estado, mercado e comunidade na produção de bem-estar em Portugal, partimos do princípio que o estatuto de assistidas e as condições estruturais a que estão sujeitas condicionam as vidas destas mulheres. Tendo em conta as deficientes estruturas e respostas sociais existentes no nosso país, as redes informais, através da acção das famílias, amigos e vizinhos, assumem um papel preponderante na provisão de recursos.

Este trabalho reconstituiu as trajectórias e histórias de vida de cinco mulheres assistidas em situação de monoparentalidade. A análise de cinco entrevistas em profundidade identificou redes sociais de reduzida dimensão, com um investimento privilegiado em laços fortes. As conclusões apontam para que estas redes proporcionam a estas mulheres o acesso a alguns sistemas sociais básicos como a educação, habitação, mercado de trabalho, cuidados com as crianças, recursos financeiros e bens de primeira necessidade.

Palavras-chave: monoparentalidade; pobreza; exclusão social; redes sociais.

ABSTRACT

This work aims to reflect and discuss the situation of assisted single mothers and the role of social networks through their life tracks. Single parenthood is an increasing and heterogeneous situation in Europe and Portugal and affects mainly women. Though there are several origins of single parent families, this is the most vulnerable social group to poverty and social exclusion situations, even more when the situation hasn't been previously prepared and when we're talking about women with few resources (economical, educational, social). The assisted status and the structural conditions, affects their life's. The welfare production in Portugal is made through a particular combination between State, market and community. Considering the poor social structures and responses existing in our country, informal networks, through the action of family, friends and neighbors, assumes a decisive role in resources provision.

The study focuses on five life stories of assisted single mothers. The analysis shows small social networks, based on strong ties. These social networks provide the access to primary social systems such as education, housing, labor market, care arrangements, financial support and primary goods.

Key-words: lone-parent; poverty; social exclusion; social networks.

AGRADECIMENTOS

A frequência deste Mestrado foi para mim enriquecedora, não só do ponto de vista dos conhecimentos adquiridos, como também do crescimento pessoal. Assim, as minhas primeiras palavras de agradecimento vão para todos e todas os/as Docentes que partilharam connosco o seu tempo e sobretudo a sua experiência. Agradeço particularmente ao Professor Rogério Roque Amaro, coordenador deste Mestrado, pelo empenho e dedicação no seu trabalho e a inspiração que transmite aos seus alunos, que me transmitiu. Sendo o alargamento de uma rede social sinónimo de “riqueza” agradeço ao fantástico grupo Dedilodemu2008 pelo enriquecimento que provocaram na minha rede, por todas as discussões e pelo exemplo de solidariedade.

O confronto diário, no trabalho, com a realidade da pobreza mais extrema, alertou-me e levou-me à realização do presente trabalho. Deixo aqui um agradecimento a todos e a todas os/as colegas da AMI que diariamente marcam a diferença no combate à pobreza. Pelo apoio ao longo deste percurso agradeço à Dra. Leonor Nobre, vice-presidente desta Fundação e à Dra. Ana Martins directora do departamento de acção social. Gostaria de agradecer ainda à Dra. Fernanda Silva e à Dra. Ana Ramalho, assistentes sociais dos Centros Porta Amiga das Olaias e de Chelas, a ajuda na procura e no estabelecimento dos contactos com as mulheres aqui entrevistadas. Agradeço à Ana, à Beatriz, à Catarina, à Daniela e à Elisa, que a troco de nada, me deram tanto.

Aos meus pais e irmão agradeço todo o apoio para fazer este Mestrado, a compreensão nos momentos mais críticos, a tolerância em períodos mais ausentes e a força para chegar ao fim. Agradeço terem-me educado do modo que o fizeram e acreditarem em mim.

Agradeço à Ana, minha namorada, todo o apoio neste processo, agradeço-lhe a paciência, a persistência e a força para não me deixar desistir. Agradeço-lhe todos os dias por tudo, sobre tudo.

Para finalizar deixo um agradecimento muito especial à Professora Sílvia Portugal que teve a amabilidade de aceitar o convite para orientar este trabalho. Agradeço a dedicação e disponibilidade que sempre mostrou, a motivação que sempre soube transmitir, a compreensão e amizade.

A todos e a todas, muito obrigado!

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| Resumo | i |
| Agradecimentos | iii |
| Introdução | 1 |
| I – Problemática | 5 |
| 1. Ser mãe só, a monoparentalidade | 5 |
| 2. Quem produz bem-estar e para quem | 9 |
| 2.2 Produção de bem-estar | 9 |
| 2.2 Pobreza e exclusão social | 14 |
| 2.3 A experiência da assistência | 19 |
| 3. As redes Sociais | 23 |
| 3.1 A força dos laços | 26 |
| II – Metodologia | 29 |
| 1. Formulação do problema | 29 |
| 2. Abordagem à rede | 30 |
| 3. Instrumentos de recolha de informação | 31 |
| 4. Procedimentos | 32 |
| III – Cinco histórias | 34 |
| 1.1 Ana, “nunca quis ser mãe” | 34 |
| 1.2 “Não tenho vergonha de aceitar” | 35 |
| 1.3 Laços fracos e bijutarias | 37 |
| 2.1 Beatriz, um filho do euro 2004 | 38 |
| 2.2 “É uma questão de assistentes” | 40 |
| 2.3 “Não confio em ninguém” | 42 |
| 3.1 Catarina, “sozinha na vida como sempre” | 44 |
| 3.2 “42 euros de abono” | 46 |
| 3.3 Um laço negativo | 47 |
| 4.1 Daniela, e a casa cheia | 48 |
| 4.2 Nascer na precariedade | 50 |

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| 4.3 Uma rede com poucos nós | 51 |
| 5.1 Elisa, fugir para viver | 53 |
| 5.2 “Agora já não me ajudam” | 54 |
| 5.3 “Pais para tudo” | 55 |
| IV – Considerações finais | 57 |
| V – Referências bibliográficas | 64 |
| VI – ANEXOS | 66 |

INTRODUÇÃO

O crescente número de agregados familiares monoparentais é um dado adquirido e uma realidade estatisticamente verificada em todos os países da Europa nas últimas décadas. Os motivos são variáveis: divórcio, viuvez, ausência de uma situação de conjugalidade. Desta diversidade resulta que não estamos a falar de uma população homogénea, sendo a situação de monoparentalidade vivenciada de diferentes formas e acarretando consequências mais ou menos gravosas para cada agregado. Estas consequências variam consoante tenha havido ou não uma preparação para esta situação, consoante as habilitações literárias e participação no mercado de trabalho, os apoios e estruturas sociais existentes e a rede de suporte, pois a situação de monoparentalidade implica uma (re)organização dos cuidados face à ausência de parceiro/a. Destaca-se que a esmagadora maioria de famílias monoparentais são constituídas por mães sós com filho/a(s), o que do ponto de vista económico e dos cuidados prestados às crianças as deixa numa situação de maior vulnerabilidade.

Nesta sequência, a situação de monoparentalidade poderá ser uma agravante de uma situação já previamente precária. Ou seja, ela pode vir a acentuar uma situação de pobreza e exclusão social já existente. Como é conhecido, são estas famílias monoparentais que, em Portugal, se encontram em maior risco de pobreza e em maior situação de privação. Em situações de existência de um contexto prévio de precariedade, as habituais baixas qualificações permitem apenas alcançar trabalhos pouco qualificados e de baixa remuneração, estando o acesso ao mercado de trabalho condicionado pela existência de uma criança (face à qual é necessário organizar todos os horários) pela existência de estruturas sociais que dêem resposta e pela existência de uma rede de suporte que poderá actuar como complemento aos equipamentos sociais ou por vezes substituí-la.

As condicionantes da monoparentalidade variam consoante o modelo de produção de bem-estar vigente em cada sociedade, tendo o contexto português uma combinação muito própria entre Estado, mercado e comunidade na produção de bem-estar, resultante de uma tradição católica, um longo período de ditadura e de uma condição periférica na Europa. Autores há, que consideram mesmo não existir um verdadeiro Estado-Providência em Portugal. De entre as várias esferas produtoras de bem-estar, importa-nos sublinhar o papel da família e, no seu interior, o papel das mulheres, que continuam, maioritariamente, a desempenhar todas as tarefas ligadas ao

criar e cuidar. No entanto, há que referir que em Portugal as mulheres desempenham este papel, para além do de trabalhadoras, num contexto de fracos apoios estatais. Para além destes apoios serem escassos, a situação tem sido agravada pelos cortes substanciais em subsídios sociais como o Rendimento Social de Inserção (RSI), subsídio este de grande peso nos recursos económicos das famílias assistidas, e nos abonos de família.

Deste modo, quando o Estado não dá resposta, é a comunidade que supre as necessidades de bem-estar. Desde a avó que fica com a neta enquanto a mãe procura trabalho, ao vizinho que vai buscar as crianças à escola porque a mãe está a trabalhar, desde o padrasto que dá abrigo à mãe só e aos seus filhos porque esta não tem rendimentos que permitam pagar uma renda nem teve direito a uma habitação social, aos tios que dão apoio financeiro quando o dinheiro não chega para o mês inteiro, desde as amigas que oferecem roupas para a criança, às vizinhas que dão alguns géneros alimentares à família. Todas estas são situações em que a rede social assume o papel de produtora de bem-estar.

As redes sociais são constituídas por nós, que representam os elementos da rede, e por laços que representam as inter-relações entre os vários nós da rede. Estes últimos podem assumir características muito diferentes, podendo ser fortes ou fracos consoante a antiguidade da relação, o grau de intimidade e a densidade emocional, positivos ou negativos de acordo com a identificação que ego (o centro da rede) faz, ou ainda activos ou passivos consoante a regularidade da interacção. O conhecimento destas características das redes sociais é fundamental para perceber a capacidade dos indivíduos acederem aos recursos.

No caso dos socialmente assistidos, os pobres, onde se encaixam muitas famílias monoparentais, a reconstituição das redes fornece elementos analíticos cruciais para a compreensão das suas trajectórias. Numa situação de pobreza, o facto de haver uma rede de suporte é determinante para aceder a alguns recursos e poder viver em menor privação. O conhecimento produzido sobre esta matéria (Granovetter, 1973;1983) revela que a satisfação de necessidades básicas leva as pessoas em situação de pobreza a fazer um maior investimento nas relações mais próximas, ou em laços fortes, pois estes estão geralmente mais disponíveis. Por outro lado, a falta de investimento nouro tipo de

relações ou de conexões restringe a mobilidade social e condiciona um possível aproximar a outras realidades.

A satisfação de necessidades básicas, leva as pessoas em situação de pobreza a fazer um maior investimento nas relações mais próximas, ou em laços fortes, pois estes estão geralmente mais disponíveis. Por outro lado, a falta de investimento noutro tipo de relações ou de conexões restringe a mobilidade social e condiciona um possível aproximar a outras realidades.

Este trabalho surge do cruzamento das questões acima enunciadas: das mulheres serem quem mais se encontra em situação de monoparentalidade, das famílias monoparentais serem o grupo que maior risco de pobreza corre e do Estado, enquanto produtor de bem-estar, não conseguir proporcionar recursos suficientes para aqueles que recorrem aos apoios sociais. Sendo, como acima referido, as famílias monoparentais aquelas que mais vulneráveis estão a situações de pobreza e onde a privação é maior, sendo que estas são sobretudo constituídas por mulheres sós com filho/a(s), sendo que a assistência social formal não é suficiente para garantir o acesso a alguns recursos, pretende-se perceber qual o papel que as redes sociais têm na vida destas mulheres. Assim, surge a questão que motivou este trabalho: qual será o papel das redes sociais nos trajectos de vida de mulheres assistidas em situação de monoparentalidade?

O título primeiro deste trabalho “Menos um nó, menos um laço” procura retratar, de forma metafórica, esta situação transportando-nos para a linguagem das redes sociais, em que o nó que se encontra a menos representa o ex-parceiro e o laço representa as interconexões ou trocas de recursos entre os nós que constituíam a família. Este olhar para a situação de pobreza e monoparentalidade, a partir da teoria das redes sociais, pretende ser um novo olhar para estes fenómenos. Através da reconstituição das redes sociais de cinco mulheres pobres em situação de monoparentalidade, por recurso a entrevistas semi-directivas, procura-se conhecer as redes dentro das quais se movimentam e às quais podem aceder, bem como saber que recursos estas lhes permitem obter.

O trabalho está estruturado em três pontos principais. O primeiro ponto respeitante à revisão teórica, discute questões relativas à monoparentalidade, à produção de bem-estar, à pobreza e exclusão social e às redes sociais. No segundo ponto é formulado o problema e explicada a metodologia seguida no trabalho. No terceiro ponto

são apresentadas as histórias das cinco mulheres entrevistadas, descrevendo trajetórias e analisando o papel da assistência e das redes na definição dos seus percursos de vida. Finalmente, em conclusão, são elaboradas algumas considerações finais, discutindo similitudes e dissemelhanças entre as cinco histórias de vida.

I – PROBLEMÁTICA

1. Ser mãe só, a monoparentalidade

Em sociologia da família o conceito de família monoparental define-se por uma situação de uma mãe ou um pai a viver sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). Por outro lado, o INE – nomeadamente nos recenseamentos da população de 2001, dados utilizados por Wall (2003) – adopta um conceito mais alargado de famílias monoparentais, incluindo então filhos de todas as idades, “não casados” independentemente do estado civil, mas que habitem com um dos pais e não tenham cônjuge ou filho(s) a residir consigo (Wall, 2003).

É conveniente sublinhar que este não é um grupo homogéneo, como tendencialmente acontece considerar, mas sim de uma grande diversidade, variando esta situação, inclusive, face à sua maior ou menor duração (SOCCARE Project, 2003).

Num estudo, realizado em vários países europeus, do SOCCARE Project (2003) é avançado que o número de famílias monoparentais tem aumentado, nas últimas décadas, em todos os países europeus. São famílias mais vulneráveis relativamente à organização dos cuidados, pois têm que organizar as suas vidas em torno da família e do trabalho, só que sem a ajuda, ou com uma ajuda limitada, por parte do(a) ex-parceiro(a). Vários factores são determinantes neste processo, como sejam as ajudas do(a) ex-parceiro(a), da família ou da sua rede social, bem como o acesso a serviços. Segundo o mesmo estudo na maioria dos casos analisados, os cuidados com as crianças são divididos entre os cuidados formais e informais, sendo que, quanto melhor for o acesso a cuidados formais menor será a probabilidade dos cuidados informais serem dominantes. Por outro lado, estes últimos, nem sempre estão disponíveis por diversos motivos como a distância da zona de residência, esta ser servida por uma fraca rede de transportes, ou podendo estes cuidados não existir de todo. Para além da disponibilidade de serviços formais ou informais, outro factor preponderante é de ordem financeira. Assim, famílias com rendimentos mais baixos encontram maiores dificuldades em conciliar a vida profissional com os cuidados do(a)s filho(a)s vivendo sob maior pressão e stress. No entanto, se o suporte familiar for elevado, apesar das restrições monetárias, estas dificuldades podem ser ultrapassadas.

Como foi referido acima, os cuidados com as crianças encontram-se divididos entre os cuidados formais e os informais, sendo que em alguns países o peso dos

cuidados informais, nomeadamente prestados pela família, têm um peso muito superior relativamente a outros países. Este é o caso de Portugal e Itália – como se verifica numa tipologia de regimes de cuidados apresentada pelo SOCCARE Project (2003) – nestes países a família tem um papel de suporte muito grande nos cuidados às crianças, exceptuando no que respeita à participação do ex-parceiro nos cuidados. Assim, quer se trate de mães jovens ou adultas em situação de monoparentalidade, o regime de cuidados é maioritariamente baseado no suporte familiar, há uma forte proximidade entre a mãe sozinha e a sua família, especialmente com a sua mãe que pode, no caso das mães jovens, actuar como substituta. Neste último grupo acontece com frequência haver coabitação, uma vez que são jovens que engravidam quando ainda residem em casa dos pais.

Pode dizer-se, deste modo, que em Portugal e Itália a solidariedade familiar é mais elevada, possibilitando que estas mães sozinhas se insiram no mercado de trabalho, ainda que sejam maioritariamente trabalhos menos qualificados e mal remunerados. Importante ainda referir que estas famílias se encontram em maior risco de pobreza. Segundo este estudo, «uma em cada quatro famílias monoparentais na Europa é pobre (24%)» (SOCCARE Project, 2003).

Se olharmos para o caso português – e tendo aqui por base o inquérito ao “Rendimento e Condições de Vida 2008” (INE, 2009) - pode constatar-se que o tipo de agregado a que corresponde as famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos uma criança) é aquele que apresenta um maior risco de pobreza (39%) sendo que esta situação se tem agravado com os anos (em 2005 era 30%). Quando se compara o risco de pobreza das famílias monoparentais com o risco de pobreza da população em geral verifica-se uma diferença muito acentuada de mais 21 pontos percentuais.

Considerando que algumas situações de monoparentalidade decorrem de maternidade precoce, Martins (2007) refere que esta está directamente associada a um aumento do risco de pobreza, quer seja por ocorrer em zonas mais carenciadas ou por interromper o percurso escolar, diminuindo para estas mães, a possibilidade de acesso a formação. Como consequência, apenas conseguem trabalhos mal remunerados correndo o risco de se tornarem dependentes de apoios e subsídios sociais, originando (se esta não for prévia) novas situações de pobreza.

Tendo por base o trabalho de Wall (2003) (a partir dos Censos 1991 e 2001), podemos dizer, que em 2001 as famílias monoparentais representavam 11,5% do total dos núcleos familiares a residir em Portugal, aumentando esse número para 17,9% quando se compara ao total de núcleos familiares com filhos. Em relação ao aumento de 1991 para 2001 é necessário ter em conta o alargamento do conceito feito em 2001 (como foi referido acima). A autora destaca o facto de se tratarem maioritariamente de mães “sós” com crianças (86,4% em 2001), o que, do ponto de vista económico e dos cuidados prestados às crianças, as deixa em situação de maior vulnerabilidade. Em comparação, o número de pais sós com filhos é bastante inferior (13,6% em 2001), sendo que esta situação se pode explicar, segundo Capucha e outros (2002), por ser a mulher quem fica com os filhos menores a cargo quando, na eventualidade de ter chegado a existir um casal, este se separa.

Segundo Capucha (1998) não podemos afirmar quantas destas famílias se encontram em situação de exclusão, pois a origem social destas famílias é muito diversa, mas pode dizer-se que para mulheres com menos recursos (económicos, educacionais, sociais) esta situação é tendencialmente vivida de forma estigmatizante e fragilizadora. É tão mais grave quanto a situação não tenha sido previamente preparada e quando o adulto se vê impedido de aceder a outras oportunidades como sejam a educação, formação profissional e mercado laboral (Capucha *et al*, 2002).

Este autor (Capucha, 1998) enquadra as famílias monoparentais, a par com os migrantes campo/cidade mal sucedidos, no modo de vida da destituição, ou seja, considerando que é naqueles grupos em que a pobreza é mais intensa e produtora das piores situações de exclusão social, encontram-se numa situação de maior privação, colocados à parte da sociedade em que se encontram e feridos na sua dignidade. Refere que estas famílias tendem a apresentar diversas desvantagens sociais, profissionais, educacionais, económicas, sendo por vezes a problemática da pobreza e exclusão reforçada por outras problemáticas como o alcoolismo ou toxicoddependência.

Assim perante esta diversidade de factores, os efeitos neste contexto são para estas famílias, agravantes das condições de vida já precárias e por vezes geradores de uma situação de impotência para se (re)organizarem face a um novo contexto, o da monoparentalidade.

Em síntese, e de acordo com o que é mais relevante para o presente trabalho, a maioria dos núcleos monoparentais é constituída por mães sós com filho(s), pelo que podemos dizer que é uma situação que afecta sobretudo mulheres. Tendo em conta a diversidade da origem social destas famílias não é possível determinar quantas se encontram em situação de exclusão social, no entanto, podemos sublinhar que para mulheres com menos recursos uma situação de monoparentalidade poderá deixá-la numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza. Tal é visível nos dados apresentados, que revelam que estas famílias são as que apresentam um maior risco de pobreza.

Dependendo, estas famílias monoparentais pobres, em certa medida dos apoios disponíveis, torna-se necessário perceber de que modo é feita a produção de bem-estar para identificar quem são os provedores dos recursos necessários. Assim, no próximo ponto apresentam-se os regimes de produção de bem-estar, dando especial enfoque ao modo como a produção de bem-estar é feita no caso português.

2. Quem produz bem-estar e para quem

Neste ponto procura explorar-se quem são os produtores de bem-estar e quem são os seus beneficiários. Podendo a produção de bem-estar ter um carácter mais ou menos universalista, há um grupo social que depende, com maior ou menor intensidade, destes apoios sociais, os pobres.

2.1 Produção de bem-estar

Na era da modernidade, a “questão social” foi a erradicação da pobreza do proletariado e dos explorados, pois esta era tida como uma violação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que pautavam todos os movimentos sociais e políticos. Durante os “anos de ouro”, período que decorre entre o fim da II grande guerra e a primeira crise do petróleo, as sociedades (ocidentais) propuseram-se ser avaliadas por esse mesmo critério. No entanto, com a crise, resultante do próprio sistema capitalista, e com a consciencialização da finitude dos recursos (nomeadamente dos recursos petrolíferos) o próprio sistema é posto em causa, tendo encontrado um compromisso para a “questão social” na combinação entre a economia capitalista e o Estado Providência. Este está inscrito no sistema político e de valores da União Europeia, chamado de “modelo social europeu”. No entanto, este modelo revelou algumas fragilidades, não sendo capaz de por si só garantir o pleno emprego, assegurar a sustentabilidade da protecção social – pondo em causa a sobrevivência desta para as gerações futuras – evitar ameaças sociais graves como a intolerância, a xenofobia e o totalitarismo, garantir uma justa distribuição da riqueza bem como a igualdade de oportunidades. Como consequência – e por oposição à “questão social” da modernidade – surge uma “nova questão social” que se prende exactamente com o surgimento de um novo grupo de pessoas em situação de exclusão social, ou seja, que ficam de fora, que vêem negada a possibilidade da sua participação no processo e estruturas de produção, originando novas categorias sociais, desempregados, idosos e marginais (Capucha, 2000).

Ao longo do século XX, na Europa, as necessidades de protecção social foram progressivamente tomadas a cargo principalmente por dois agentes produtores de bem-estar: o Estado, esfera do político através da acção estatal; e o sector privado, esfera do mercado, através das empresa, bancos, seguradoras, etc. Existem, contudo, dois outros agentes com grande peso na produção de bem-estar. São eles o terceiro sector, esfera da

economia social; e as solidariedades primárias, esfera das redes informais constituídas pela família, amigos e vizinhos. No entanto, durante o século passado, o papel destes dois últimos foi relegado para um segundo plano. O período de crise acima referido, fez com que os estados europeus considerassem a manutenção do Estado-Providência, cada vez mais insustentável, e o papel desempenhado pela economia social e pelas redes informais tem ganho espaço na discussão política e teórica (Portugal, 2006).

As ideias de erradicação da pobreza e de necessidade de protecção social, localizam-se nos países industrializados. No entanto, os modelos de protecção social são diferentes nos vários países, sendo estas diferenças mais marcadas pela evolução histórica do que propriamente pela proximidade geográfica. A ideia de um modelo social europeu é ela própria enganadora, no sentido em que na Europa não existe um modelo único de protecção social mas uma grande diversidade. Os diferentes modelos de protecção social caracterizam-se por um conjunto de factores como sejam a maior ou menor intervenção do Estado e dos outros agentes de produção de bem-estar e a tendência mais ou menos universalista.

Esping-Andersen (1990, *apud* Portugal, 2006) considera que os países industrializados podem ser agrupados por características comuns aos seus modelos de produção de bem-estar. Tem como central o conceito de *de-commodification* «desmercadorização» que define como «a capacidade que o sistema confere ao indivíduo de aceder a condições de vida razoáveis sem ter que vender a sua força de trabalho no mercado» (Portugal, 2006). Identifica então três modelos de regime de bem-estar, tendo esta concepção ficado conhecida pelo modelo dos três mundos: o regime liberal; o regime conservador; o regime social-democrata.

O regime liberal, predomina nas culturas Anglo-Saxónicas e inclui o Reino Unido – embora Esping-Andersen refira que este se tem confundido com o modelo Escandinavo (Esping-Andersen, 1999) - os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Este regime caracteriza-se pela individualização do risco, pela minimização da intervenção estatal e a promoção de soluções do mercado. É claramente uma cultura em que o mercado é soberano (Esping-Andersen, 1999). Os apoios públicos são extremamente limitados e exclusivos daqueles com mais baixos rendimentos, mediante comprovação de carência. Assim, a assistência do Estado é bastante reduzida delegando no mercado a responsabilidade da produção de bem-estar. Neste regime

predominam os planos privados de protecção social, claro está, para aqueles que os podem pagar, de onde decorre uma sociedade clivada entre os que têm acesso a estes planos e aqueles que ficam de fora destes, os excluídos. Pode concluir-se, então, que neste regime o nível de «desmercadorização» é muito baixo.

O regime conservador concentra-se em países que sofreram grande influência da Igreja na sua história. Em alguns territórios as políticas sociais foram incentivadas pelos estados monárquicos como na Alemanha, Áustria e França, e ainda por um corporativismo tradicional (Esping-Andersen, 1999). Este autor localiza este regime na Europa Continental. Existe um nível de «desmercadorização» moderado, no entanto, e devido à forte influência dos valores tradicionais da Igreja, a família tem um papel preponderante e é encarada como a primeira entidade responsável pelo bem-estar, pelo que, o apoio do Estado é subsidiário sendo que este só se responsabiliza quando outras entidades falham ou não existem (Portugal, 2006).

Por fim, o regime social-democrata localiza-se geograficamente nos países do norte da Europa, Escandinavos. Caracteriza-se essencialmente pelo seu carácter universalista, abrangente em termos de cobertura de riscos, com elevados níveis de benefícios e baseado nos princípios de igualdade. Os Direitos são vinculados às pessoas e são baseados na cidadania (Esping-Andersen, 1999). O Estado é o principal provedor de bem-estar. Ao contrário dos regimes anteriores em que predominava o mercado e a família, o regime social-democrata fomenta a independência do indivíduo face a estas duas entidades, sendo que os custos de reprodução familiar são também eles providos pelo sector público. Deste modo, os encargos do Estado com protecção social são bastante elevados, havendo neste regime um elevado nível de «desmercadorização» (Portugal, 2006).

Têm sido frequentes as críticas a este modelo de Esping-Andersen, sendo que Portugal (2006) sublinha duas linhas críticas essenciais ao modelo dos três mundos. Uma primeira relativa à pouca importância que o autor dá aos países do Sul da Europa, não tendo em conta o peso quer da economia informal quer da família nestes países, encarando-os assim como “mistos”. A outra linha crítica emerge nas teorias feministas, considerando que a família continua a ser o principal provedor de bem-estar, mesmo no regime social-democrata e Esping-Andersen só destaca o papel da família no regime conservador. Sublinham, ainda, que a situação familiar condiciona a relação com o

mercado de trabalho e o acesso aos benefícios estatais, dando destaque ao papel que as mulheres têm tido, e têm ainda hoje, no seio da estrutura familiar como criadoras e cuidadoras, sendo este papel condicionante da sua integração no mercado de trabalho.

Não havendo aqui espaço para uma discussão mais aprofundada acerca deste modelo e respectivas críticas, interessa-nos aqui perceber de que forma é feita a produção de bem-estar em Portugal, uma vez que não se encaixa totalmente num dos três modelos apresentados acima. Segundo Hespanha (2001) tal deve-se essencialmente à própria natureza do Estado-Providência português, à combinação própria dos modos de produção de bem-estar entre Estado, mercado e comunidade e finalmente pela condição periférica de Portugal na Europa.

Em Portugal, só a partir de 1974 com o restabelecimento da democracia, foram desenvolvidas as primeiras políticas direccionadas para a criação de um Estado-Providência, no entanto, este nunca chegou a ser semelhante aos existentes nos outros países Europeus, muito derivado ao período de crise económica em que os países industrializados se encontravam e a uma série de restrições orçamentais do pós-25 de Abril. Santos (1993) adianta ainda que em Portugal não existe um verdadeiro Estado-Providência uma vez que apresenta reduzidos padrões de provisão social, a ausência de um pacto social pré-fundador, um compromisso entre a acumulação económica e a legitimidade social e um entendimento da cidadania social como direitos dos cidadãos (como acima vimos relativamente ao regime social-democrata). Ainda assim, Santos (1999, *apud* Hespanha, 2001) coloca o modelo social português no meio de um conflito entre dois modelos de reforma da protecção social. O modelo liberal, defensor dos cortes públicos na protecção social, e o modelo social Europeu, que defende uma protecção social ampla e universalista com os direitos de cidadania por base.

As dificuldades em delinear um Estado-Providência português residem na combinação que este contém de corporativismo, universalismo e liberalismo. Assim temos a segurança social baseada no estatuto e nas contribuições dos trabalhadores, um Serviço Nacional de Saúde universalista – inscrito na Constituição Política de 1976 – e um liberalismo inspirador das actuais decisões políticas que procura “infiltrar-se” em todos os domínios das políticas sociais (Hespanha, 2001).

Tendo em conta a semelhança das políticas sociais encontradas nos países do Sul da Europa, Portugal poderia enquadrar-se num quarto regime proposto por alguns

autores (Hespanha, 2001) – o Modelo do Sul. Nestes países «a desmercadorização é triplamente limitada pela elevada extensão de necessidades básicas que os indivíduos têm que assegurar por si sem a ajuda do Estado, pelas desigualdades no acesso a bens e serviços desmercadorizados e pela particular forma de articulação dos modos de produção de bem-estar em que Estado e mercado são em grande medida substituídos pela família e comunidade» (Hespanha, 2001: pp. 190).

Deste modo, tal como nos países do Sul da Europa, é importante sublinhar para Portugal a importância do papel da família como provedora de bem-estar. Com uma evolução histórica profundamente marcada pela influência da Igreja e por um longo período de ditadura, o conservadorismo dos valores tradicionais da família tem sido preservado, nunca tendo havido uma real ruptura com este passado. Este património cultural dos valores tradicionais da família, que concebe a família como uma unidade privada e promove a divisão sexual do trabalho, em que ao homem cabe a esfera pública como provedores das necessidades económicas e às mulheres a esfera privada sendo responsáveis pelo trabalho de cuidar, está intrinsecamente enraizado na cultura portuguesa. São valores base em que a própria concepção das políticas sociais assenta, podendo considerar-se ter um familismo predominante na configuração das políticas sociais, ou seja, parte-se do princípio que a família deverá ser o principal provedor de bem-estar (Portugal, 2006).

Na análise do papel da família como provedora de bem-estar, é imprescindível referir o papel que as mulheres desempenham no seio desta e a sua particularidade no caso português. O papel de criar e cuidar continua a ser maioritariamente das mulheres, sendo que Portugal não constitui uma exceção. Por outro lado, no nosso país a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é significativamente superior à dos restantes países do Sul da Europa, localizando-se ao mesmo nível dos países da Europa Central e a um nível um pouco mais abaixo dos Escandinavos. No entanto, este trabalho é desenvolvido sob fracos apoios estatais. O que faz do caso português um caso excepcional é a escassez de equipamentos sociais de apoio à família, a responsabilidade das mulheres pelo trabalho de reprodução familiar e a sua elevada participação no mercado de trabalho formal ou informal (Portugal, 2006). De acordo com a proposta de Lewis (2001, *apud* Portugal, 2006) a situação portuguesa poderia retratar-se no modelo de dupla carreira, em que a mulher é ao mesmo tempo trabalhadora a tempo inteiro e responsável pela reprodução familiar.

De um modo geral, podemos dizer em relação ao nosso país, que dificilmente nos encaixamos num dos regimes de produção de bem-estar referidos, inclusive no regime do Sul. Os baixos rendimentos, as vincadas desigualdades na distribuição, os fracos apoios Estatais deixam os mais desprotegidos com poucas saídas, sendo o recurso à família uma opção quando esta existe e os laços não foram quebrados.

São os mais desprotegidos que procuraremos caracterizar de seguida. Para isso, no ponto que segue (2.2) apresenta-se uma reflexão sobre os conceitos de pobreza e exclusão social e no seguinte (2.3) uma categorização da pobreza face ao estatuto da população assistida e do tipo de experiência vivida dentro da assistência.

2.2 Pobreza e exclusão social

Em finais de 80, início da década de 90, alguns políticos e *policy-makers* da Europa tentaram substituir o conceito de pobreza pelo de exclusão social. É sem dúvida uma expressão mais mediática e menos chocante, a sua aceitação teria sido a negação de um problema social grave, o da pobreza. A Europa ficaria sem pobres. Apesar da discussão em torno destas questões, conclui-se que ambos os conceitos são diferentes, ambos necessários e fortemente inter-relacionados. Podemos falar de exclusão social sem necessariamente estarmos a falar de pobreza. Por outro lado, o contrário não se verifica, ou seja, a pobreza é ela própria uma forma de exclusão não sendo possível haver pobreza sem que haja exclusão social. Ainda assim, pode acontecer, o indivíduo pobre encontrar-se inserido em alguns sistemas sociais, por exemplo na rede social da família e vizinhos, mas, por outro lado, encontrar-se excluído de outro(s) como o económico ou o institucional (Costa, 2008).

A partir de Costa (1998 e 2008) podemos dizer que pobreza se define por uma situação de privação por falta de recursos. Deste modo, para combater a pobreza é necessário resolver estes dois problemas. O autor alerta ainda para o facto de a maioria dos modos de resolver o problema da privação não se fazer sentir no problema da falta de recursos, sendo que mantém as pessoas em situação de dependência. O problema da falta de recursos só se resolve quando as pessoas obtêm, através de um dos modos considerados «normais» pela sociedade, os recursos necessários para adquirir determinado bem. Atendendo a que as pessoas em situação de pobreza não possuem recursos para fazer face à satisfação de necessidades humanas básicas, como sejam

alimentação, vestuário, habitação entre outros, depreende-se a ausência de uma relação positiva com os sistemas sociais que geram rendimento, colocando assim a pobreza como uma forma de exclusão social (Costa, 2008). O autor acrescenta, ainda, que as pessoas em situação de pobreza se encontram limitadas do ponto de vista das relações sociais mantendo um círculo relacional muito restrito, limitado por vezes às relações familiares e de vizinhança, sendo esta situação ainda mais agravada se se trata de uma situação de desemprego, pois a participação no mercado de trabalho representa uma das principais formas de integração social, sendo o desemprego uma perda do ponto de vista da identidade social (Costa, 1998).

Na perspectiva de Townsend (1979, *apud* Henriques, 2006) a pobreza só pode ser definida quando *“indivíduos, família ou grupo numa população (...) não têm recursos que lhes permitam obter os tipos de dieta, participar em actividades e as condições de vida e comodidades usuais, ou pelo menos abertamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades onde se inserem. Os seus recursos encontram-se tão abaixo da média, que eles são de facto excluídos dos padrões de vida, costumes e actividades correntes”*. O autor considera ainda uma distinção entre pobreza e privação, referindo que é possível, um sujeito ou grupo, encontrar-se privado de uma ou outra forma (bens) sem no entanto se encontrar em situação de pobreza. Estas situações não são inseridas no conceito de pobreza, uma vez que a privação não resulta da falta de recursos. Salienta-se, no entanto, que pessoas que sofram de uma ou várias formas de privação severas têm provavelmente uma grande escassez de recursos ou nenhuns recursos de todo. Ao sublinhar a questão da não participação nos modos de vida prevalentes na sociedade em que se encontra, Townsend (1979, *apud* Amaro, 2003) associa, assim, a questão da pobreza aos conceitos de cidadania e de integração social.

«Quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo o estado de exclusão social» (Costa, 2008). O conceito de exclusão social que aqui se segue, engloba a noção de pobreza e outras situações caracterizadas por rupturas ao nível das relações sociais e tendo a ver com cidadania, no sentido em que o sujeito se encontra de fora de um ou mais contextos de referência, ou sistemas sociais básicos, da sociedade em que se encontra “(des)inserido”. O excluído encontra-se, assim, impossibilitado da prática da sua plena cidadania pela falta de acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos.

Também neste sentido, Capucha (1998) refere que a exclusão social ocorre porque a sociedade não é capaz de proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de beneficiar dos direitos e deveres de cidadania, encontrando-se as pessoas mais desfavorecidas privadas de participar nos padrões de vida aceites na sociedade. Considera a pobreza – ou insuficiência de recursos económicos, sociais e culturais – como uma das dimensões da existência com maior responsabilidade na produção e reprodução da exclusão social. Assim, acrescenta Capucha (2000), aquele que se encontra socialmente excluído é um “não cidadão”, pois os seus direitos de cidadania foram-lhe objectivamente retirados, encontrando-se o acesso à sua condição de cidadão(ã) extremamente limitado.

Costa (1998 e 2008) considera que os sistemas sociais básicos se inserem em cinco principais domínios, que se apresentam de seguida: o domínio social, contempla os sistemas sociais que dizem respeito ao conjunto de redes sociais e grupos em que o sujeito se encontra inserido, como sejam a família, os vizinhos, os colegas de trabalho e os amigos; no domínio económico encontram-se os sistemas sociais que permitem o acesso do sujeito aos mecanismos geradores de rendimentos e recursos, como sejam o mercado de trabalho, segurança social, sistema de crédito etc, ao consumo e à capacidade de poupança, sendo esta última que permite fazer face a imprevistos como uma repentina situação de desemprego ou de monoparentalidade, ainda dentro deste domínio encontram-se, o acesso aos sistemas sociais do mercado de bens e serviços, como alimentação e vestuário, transporte e habitação, o acesso aos sistemas de educação, formação e saúde; o domínio institucional, abrange o acesso aos sistemas sociais de prestação de serviços como sejam o serviço de apoio social, o educativo, o judicial, o de saúde, o da cultura e lazer, o de informação e conhecimento e o sistema burocrático, ou de cidadania política, mais relacionado com direitos cívicos e políticos; o domínio territorial ou espacial, encontra-se relacionado com a exclusão e segregação de determinado espaço/área do concelho, cidade, país ou até mesmo regiões mais abrangentes, podemos tomar como exemplos os bairros de lata e os países do Sul/subdesenvolvidos; no domínio das referências simbólicas, estão contempladas sobretudo dimensões subjectivas, como as referências identitárias e a construção da memória individual e colectiva, que se caracterizam fundamentalmente, num contexto de exclusão, por perdas em relação ao campo de referências, como perda de identidade

social (consequência por exemplo de uma situação de desemprego), de auto-estima, de perspectivas futuras, de motivação e do sentido de pertença.

De acrescentar ainda, que existem grupos ou categorias sociais que, por variadas razões, se encontram à margem destes sistemas sociais, passando ao lado das oportunidades que se apresentam nos diversos campos de estruturação da vida social, económica e cultural: ou por terem baixos níveis de escolaridade; ou por falta de qualificação profissional; ou por frágeis laços familiares; ou por falta de capital social; ou por se encontrarem numa situação de estigmatização e discriminação; ou porque desenvolveram uma auto-imagem desvalorizada acompanhada por uma baixa auto-estima e fracas competências relacionais etc (Capucha, et al. 2002). Compreende-se assim, que as dificuldades não são as mesmas nem são sentidas da mesma forma por todas as pessoas que experienciam uma situação de pobreza ou exclusão social, bem como as estratégias para fazer face aos problemas diferem de situação para situação.

Costa (1998) chama a atenção para a existência de níveis mais ou menos satisfatórios de acesso aos sistemas, donde resultam diferentes graus de exclusão, não se pondo assim a questão em termos de acesso ou não, mas antes “que/quanto” acesso. Nesta sequência, percebe-se que nem toda a exclusão é igual e que nem sempre a exclusão dos diferentes sistemas coexiste. Considerando a complexidade e multidimensionalidade deste fenómeno, o autor fala em “*exclusões sociais*”. Identifica então alguns tipos de exclusão: do tipo *económico* que se caracteriza fundamentalmente por más condições de vida, baixas qualificações académicas e precariedade laboral. No fundo são situações de privação por falta de recursos, pobreza, sendo que quando esta é de longa duração podem encontrar-se características psicológicas culturais e comportamentais próprias; do tipo *social*, neste caso há uma privação no domínio relacional (laços sociais) sendo caracterizada por situações de isolamento, podendo resultar de uma já existente falta de recursos (tendo assim uma situação de exclusão social sobreposta a uma situação de exclusão económica) ou, por outro lado, resultar de uma organização familiar própria, de falta de serviços de bem-estar ou até de uma cultura individualista por oposição a uma cultura que privilegie o colectivo; *cultural*, nesta categoria, encontram-se fundamentalmente os grupos étnico-culturais minoritários como sejam estrangeiros ou ex-reclusos; de *origem patológica*, inserem-se aqui pessoas que têm na origem da sua situação de exclusão, rupturas derivadas de patologia mental que leva a que, devido a comportamentos muitas vezes violentos e inadequados, a

convivência/co-habitação com os familiares seja impossível, é o caso de muitas pessoas em situação de sem-abrigo; por *comportamentos auto-destrutivos* sendo aqui incluídos os comportamentos toxicómanos e de alcoolismo. De um ponto de vista pessoal, incluiria este último ponto na exclusão do tipo patológica, uma vez que estes comportamentos auto-destrutivos revelam um funcionamento psicológico patológico.

Capucha (2000), refere que alguns autores seguem uma linha de sociedade dividida em dois mundos, o dos que estão dentro da «*sociedade normal*» e o dos que ficam de fora. Como foi referido no ponto anterior, a nova questão social prende-se com o surgimento destes novos grupos de excluídos. Neste sentido, recorre a Paugam (1991 e 1996, *apud* Capucha, 2000) «...o pauperismo da sociedade industrial entrou em crise com os fundamentos dessa mesma sociedade. O problema das sociedades contemporâneas é a precariedade do emprego a ausência de qualificações, o desemprego e a incerteza que os indivíduos sentem quanto ao futuro». Evidencia aqui uma vivência individualizada, «*angústia individual*» da situação de desemprego e pobreza, com a degradação dos laços sociais fortemente acompanhada (motivada) por um sentimento de vergonha e humilhação. Neste sentido aumentam as situações de solidão e isolamento, a desafiliação e a desqualificação social.

A situação de pobreza, para Paugam (1991), é então definida não só como uma privação de bens materiais, mas igualmente como uma situação que confere um estatuto social próprio de inferioridade e desvalorização. Estes traços marcam fortemente a identidade das pessoas pobres, pois nas sociedades capitalistas a pobreza é entendida como sinónimo de fracasso social e de degradação humana. Acrescenta ainda, por referência ao modelo weberiano, que os pobres têm pouca influência no poder político, sendo a sua respeitabilidade correspondente ao estatuto social inferiorizado. Mais uma vez, ficam sublinhadas as questões da privação de participação que estes indivíduos experimentam. Simmel (1908, *apud* Paugam, 1991) acrescenta, de modo a tornar o conceito de pobreza menos ambíguo, que só a partir do momento em que a situação de determinada pessoa ou família obrigue a recorrer à assistência social – ou seja, a partir do momento em que se tornam assistido(a)s – é que se pode afirmar a pertença a um grupo caracterizado pela pobreza, sendo que o que torna um grupo não é a interacção entre os membros, mas sim o conjunto de atitudes que a sociedade adopta em relação a este mesmo grupo. Por outro lado, Paugam (1991) refere que a ideia da unidade de uma

categoria de pobres é falsa, referindo que os motivos da precariedade e a necessidade de recurso à assistência são diferentes para cada pessoa revelando dificuldades distintas.

Ao estudar a desqualificação social, e tendo obrigatoriamente que fazer referência à hierarquia de estatutos, Paugam (1991) delimita o seu objecto de estudo, procurando abarcar a heterogeneidade de situações distintas dentro desta categoria dos pobres, agrupando as pessoas e famílias em categorias comparáveis. Utiliza então como critérios de classificação o estatuto jurídico, se tem ou não direito legal a um rendimento de trabalho ou a um subsídio, o tipo de relações mantidas com os serviços de acção social, que podem ser pontuais, regulares ou contratuais. Sugere três tipos/categorias de beneficiários: os *frágeis*, este grupo usufrui de apoios pontuais, a sua situação é geralmente temporária sendo o seu principal problema a incerteza e irregularidade de rendimento que impedem uma maior participação na vida económica e social; os *assistidos*, têm um apoio social regular do tipo contratual, sendo que a grande maioria beneficia de rendimentos ligados à protecção social; os *marginais*, estes não dispõem de qualquer tipo de rendimento regular sendo por isso clientes regulares da intervenção social do tipo assistencial ou caritativo, sendo o grupo mais inferior na hierarquia social, são desprovidos de estatuto e de poder, podendo ter como exemplo as pessoas em situação de sem-abrigo. Estas categorias, bem como os diferentes tipos de experiência vivida face à assistência, são apresentadas de modo mais aprofundado no próximo ponto.

Deste modo, estudar a desqualificação social é percorrer a diversidade de estatutos, identidades e relações sociais, daqueles de quem se pode dizer, que não participam por completo na vida económica e social.

2.3. A experiência da assistência

Esta categorização, assistido(a)s, designa as pessoas que, devido à sua situação de precariedade económica e social, recebem assistência social. Como foi aflorado no ponto anterior, Paugam (1991) distinguiu, de modo a delimitar o seu objecto de estudo e a dar-lhe uma maior compreensão sociológica, três categorias analíticas de acordo com a sua condição social objectiva e quanto à intervenção social de que beneficiam: os frágeis; os assistidos; os marginais. Estas categorias compreendem em si, diferentes

tipos de experiência vivida que o autor distingue e que passaremos a explorar de seguida.

Os frágeis deparam-se com a aprendizagem da desqualificação social vivenciando uma crise identitária relacionada com a aprendizagem de um novo estatuto. Caracterizam-se pela precariedade económica ligada a estatutos jurídicos inferiorizados como estágios de formação, trabalhos temporários, desemprego, e beneficiam de uma intervenção social pontual. Paugam (1991) reconhece dois tipos de experiência vivida dentro desta categoria, a fragilidade interiorizada e a fragilidade negociada. Aqueles que vivenciam a fragilidade interiorizada experimentam sentimentos de mal-estar e humilhação e um encerramento em si próprios. Estes sentimentos derivam frequentemente do sentimento de insucesso face à ausência de perspectivas profissionais. A necessidade de recorrer aos serviços sociais tem um custo simbólico, pois a relação com estes contribui para alterar a sua dignidade e identidade social, desenvolvendo-se também um novo sentimento de dependência face a estes serviços. Deste modo, estas pessoas adoptam uma postura de distanciamento relativamente aos serviços sociais. Por outro lado, a fragilidade negociada é experimentada por jovens com menos de 25 anos que, embora partilhem com o tipo anterior um sentimento de inferioridade social, consideram-na uma fase temporária, mantendo a sua energia focada na procura de emprego. Isto permite-lhes não vivenciar um sentimento de mal-estar quando confrontados com a necessidade de solicitar um apoio financeiro dos serviços sociais. Utilizam racionalmente os serviços de acção social na expectativa de acederem ao estatuto ligado ao emprego definitivo e respectiva integração social que este lhes confere.

Os assistidos, têm uma forte relação de dependência para com a assistência social, podendo ter com esta uma relação do tipo contratual. Beneficiam de rendimentos ligados à protecção social, quer seja em função de uma deficiência física ou mental, ou em função de dificuldades em proporcionar aos filhos educação e sustento. Esta categoria pode ser descrita como o processo através do qual uma pessoa ou família se torna cada vez mais dependente dos serviços de acção social. Nesta categoria, Paugam (1991) identifica três tipos de experiência vivida: a assistência diferida, a assistência instalada e a assistência reivindicada. O tipo de assistência diferida trata-se de uma aprendizagem do estatuto de assistido. Há uma forte motivação para o emprego ou para o estatuto ligado ao emprego, sendo este encarado como a única solução aceitável, uma

vez que o estatuto de assistido corresponde a «uma passagem não desejada» (Barney *et al.*, 1971 *apud* Paugam, 1991). Por outro lado, há uma grande dependência em relação aos apoios sociais, sendo que o autor encaixa neste tipo as mulheres sozinhas chefes de família. A assistência instalada representa uma progressiva identificação com o estatuto de assistido. A motivação para o trabalho é mais fraca que no tipo anterior, notando-se já o recurso a racionalizações para justificar a necessidade de assistência e a estratégias de sedução e cooperação para com os trabalhadores sociais. Este processo reflecte uma aprendizagem feita dos mecanismos dos serviços de acção social. Podendo experienciar sentimentos de humilhação e angústia relacionados com a inferioridade do seu estatuto, estes indivíduos aderiram já às representações próprias do estatuto de «assistido profissional». Enquanto que no tipo anterior a relação com os trabalhadores sociais é de distanciamento, neste tipo não há escrúpulos nem sentimentos de mal-estar na sua relação com estes. No tipo de assistência reivindicada acentuam-se as tendências observadas no tipo anterior, assumindo a dependência em relação aos serviços sociais um papel muito forte. Não se observa nenhuma motivação para o emprego, tendo já interiorizado a lógica da assistência e dos serviços de acção social e estando já habituados à sua presença regular. Esta falta de motivação para o emprego pode dever-se também a uma lógica perversa, uma vez que, não ter nenhum rendimento ligado ao trabalho facilita o acesso a apoios, tornando-se a falta de emprego numa vantagem para obtenção destes. A relação com os trabalhadores da acção social é muito mais directa, o que leva frequentemente a conflitos, passageiros ou duráveis, quando estes limitam de alguma forma os montantes das ajudas financeiras, assumindo a relação um tom de reivindicação.

Na categoria dos marginais não há rendimentos, nem derivados de emprego nem de subsídios de assistência, sendo que estes vivem de recursos subsidiários, como ajudas financeiras reduzidas ou de apoio alimentar, praticando com frequência actividades à margem do mercado de trabalho. Os marginais ou, na expressão de Verdès-Leroux (1978, *apud* Paugam, 1991), os infra-assistidos «estão desacreditados pelos fracassos que marcam a sua existência». Paugam, observou que estes são indivíduos com histórias marcadas por sucessivos fracassos desde a infância e que dão conta da angústia de que lhes possam faltar os bens mais básicos, sendo as suas energias canalizadas para a satisfação das necessidades biológicas, comer, lavar-se e dormir. O autor identifica dois tipos de vivências distintas: a marginalidade conjurada e a

marginalidade organizada. O primeiro tipo é constituído por indivíduos que desejam inserir-se social e profissionalmente, sendo motivados pelo acesso a um estatuto que garanta recursos regulares. No entanto, as suas dificuldades são de tal ordem que tornam o seu desejo pouco provável de concretização a curto prazo. A marginalidade organizada corresponde à reconstrução de um quadro cultural tolerável no limite da exclusão social. Não se trata de uma mudança de estatuto mas sim de uma adaptação a uma situação de miséria e a uma resistência à estigmatização. Não há sentimentos de humilhação quando se dirigem aos serviços sociais ou de caridade, mas sim o sentimento de nada a perder quando frequentam estas instituições. Tal deve-se à consciência que têm da sua localização no ponto mais baixo da escala social. Assim, pode dizer-se que o seu quotidiano é adaptado às normas e exigências da precariedade.

As categorias apresentadas e os tipos de vivência possíveis de identificar, dão conta de uma grande diversidade de vivências e estatutos dentro daquilo que convencionámos como assistidos. Com maior ou menor nível de privações, mais ou menos participantes nos vários sistemas sociais, todos se encontram em situação de pobreza e exclusão social. Como vimos no ponto anterior, estes grupos encontram-se frequentemente excluídos de sistemas sociais básicos como sejam o mercado de trabalho, a educação, o acesso ao mercado de bens e serviços etc. Costa (2008) como mencionámos, alerta que também no domínio da sociabilidade estas pessoas pobres, ou assistidas, se encontram condicionadas, uma vez que mantêm uma rede social normalmente restrita apenas a familiares e vizinhos. Vimos no ponto 2.1 que as redes sociais, nomeadamente a família, têm um importante papel enquanto produtor de bem-estar. Tal verificou-se também quando falámos das famílias monoparentais. Parece-nos então importante abordar este conceito de rede social, para melhor podermos caracterizá-las e discutir o papel que estas redes têm no trajecto de vida destas mães sós. Este conceito será explorado nos próximos pontos.

3. As redes sociais

A expressão *redes sociais* não é nova e na actualidade está presente nos mais diversos contextos, desde a linguagem corrente às comunidades cibernéticas, da política à investigação científica. Esta difusão e sucesso, deve-se, como refere Lemieux (2000, *apud* Portugal, 2008), a dois factores principais: o grande desenvolvimento na área das comunicações, que permite haver ligação onde antes havia isolamento; a valorização das relações entre as pessoas, em detrimento da relação entre pessoas e coisas. Apesar disto, só na segunda metade do século XX o conceito de rede social se constituiu como um domínio específico do conhecimento, tendo ganho espaço central na teoria sociológica, tendo-se, progressivamente, institucionalizado.

A análise das redes sociais tem sido um campo da interdisciplinaridade, tendo os pioneiros dos estudos das redes vindo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. As suas bases teóricas, metodológicas e empíricas, têm origem na procura de solução para problemas aos quais os investigadores não conseguiam dar resposta com base nos quadros conceptuais dominantes nas suas disciplinas. No entanto, o sentido analítico do conceito de rede social, constrói-se fundamentalmente a partir de duas correntes: (Portugal, 2008) a Antropologia Social britânica do pós II Guerra Mundial, que foca a sua análise na situação de grupos restritos; a abordagem estrutural, essencialmente americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa. Acrescenta-se ainda que esta tradição americana se dividiu em duas linhas principais de investigação: uma formalista, na linha de Simmel, concentrada sobretudo na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos; a outra, estruturalista, define a relação como unidade básica da estrutura social e utiliza variados conceitos e métodos de análise do estudo das redes sociais para responder às questões da teoria sociológica.

A obra de Wellman e Berkowitz (1991, *apud* Portugal, 2008) traduz esta abordagem, num texto paradigmático: «As estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjuntos de *nós* (ou membros do sistema social) e conjuntos de *laços* que representam as suas interconexões. Esta é uma ideia maravilhosamente libertadora. Dirige o olhar dos analistas para as relações sociais e liberta-os de pensarem os sistemas sociais como colecções de indivíduos, díades, grupos restritos ou simples categorias.»

Wasserman e Faust (1999, *apud* Portugal, 2008) identificaram quatro princípios fundamentais da teoria das redes sociais: os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes; os laços relacionais entre os actores são meios onde ocorrem as trocas de recursos; os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram ou limitam a acção individual; a estrutura é conceptualizada por padrões de relações entre actores.

Portugal (2008) refere assim que a análise estrutural das redes sociais proporciona uma explicação do comportamento social com base em modelos de interacção entre os actores sociais, pois parte do princípio que estas têm uma realidade própria, assim como os indivíduos e as relações, não podendo a sua influência ser reduzida ao efeito dos constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interacções.

Segundo Mercklé (2004, *apud* Portugal, 2008) podemos definir rede social como «um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável». Ou seja, as redes sociais são as pessoas, ou conjuntos de pessoas (família, empresa, comunidade, associação) e as respectivas relações existentes entre elas, sendo que essas relações podem ser trocas afectivas, de bens ou de serviços, de informação ou monetárias, não implicando uma interacção física e tendo uma durabilidade é variável. Para o autor, a teoria das redes permite uma explicação dos comportamentos individuais através das redes em que estes se encontram inseridos, ao mesmo tempo que explica a estruturação das redes a partir da análise das interacções entre os indivíduos e suas motivações.

A análise a partir das redes sociais pode operacionalizar-se através de algumas questões: quem faz parte da rede? Que trocas se efectuam no seu seio? De que forma, ou sob que regras ocorrem esses movimentos? No presente trabalho interessam sobretudo “quem?” e “o quê?”, ou seja, os nós e os laços.

Como foi acima referido, as redes sociais são constituídas por *nós* e por *laços* sendo estes os elementos que constituem a forma e o conteúdo de uma rede. Os nós são os elementos das redes, identificados pela relação que têm com *ego*, e os laços referem-se às relações entre os nós, podendo assumir características muito diferentes. Granovetter (1973; 1983) refere que os *laços* podem ser fortes ou fracos. Outros autores

consideram que os laços podem ser positivos ou negativos (Lemieux, 1999 *apud* Portugal, 2008) ou ainda passivos ou activos (Milardo, 1998 *apud* Portugal, 2008).

A tese central do trabalho de Granovetter (1973;1983) incide sobre a importância dos laços fracos no sentido em que permitem ao indivíduo aceder a diferentes grupos sociais aos quais não teria acesso se se mantivesse fechado na sua rede de proximidade, enfatizando aqui a importância e força dos laços fracos. O autor utiliza como critérios de avaliação desta força dos laços, a durabilidade da relação, incluindo a antiguidade e investimento de tempo *com*, a intensidade emocional, a intimidade e os serviços recíprocos, ou seja, as trocas que se realizam dentro da relação. Lin (1982, *apud* Portugal, 2008) reforçou esta teoria de Granovetter ao replicar a experiência de Milgram. Ao observar a utilização de intermediários para chegar aos destinatários, concluiu que as estratégias mais eficazmente utilizadas passavam pelo recurso a laços fracos. Pela importância que representa para a caracterização de uma rede social e para a compreensão do investimento que é feito em diferentes tipos de relações, esta tese será explorada no próximo ponto (3.1).

A distinção entre laços positivos e negativos, faz-se, segundo Lemieux (1999, *apud* Portugal, 2008), pela identificação que ego faz em relação aos primeiros em que há o predomínio de um sentimento de pertença. Os laços negativos referem-se à diferenciação, ego demarca-se destes pela pertença a uma entidade diferente. O autor acrescenta ainda duas outras categorias, os laços mistos e os laços neutros ou de indiferença.

Os laços activos ou passivos, enunciados por Milardo (1998 *apud* Portugal, 2008), baseiam-se na frequência e afectividade da relação. Assim, os laços activos dão conta de uma relação rotineira e envolvem ajudas directas, conselhos, críticas. Os laços passivos apesar de não envolverem um contacto frequente, existem e ego sabe que pode contar com eles quando necessário.

A partir da análise dos *nós* e dos *laços* de uma rede, Portugal (2008) identifica algumas características desta: dimensão; densidade; orientação; polarização; segmentação; sobreposição ou dissociação. Aponta também três tipos fundamentais de estratégias metodológicas que podem ser utilizadas na reconstituição das redes sociais. São elas a abordagem estrutural, a selecção de um informador privilegiado e a abordagem egocentrada, que indica como a mais utilizada e que melhor se adapta ao

presente trabalho, pelo que será mais à frente abordada. A partir da abordagem metodológica, é possível identificar essencialmente três tipos de redes egocentradas: as redes de íntimos, as redes de interacção e as redes de troca.

Como foi acima referido, a teoria das redes permite estudar os *nós* através do estudo dos *laços* que existem entre as várias unidades de uma rede, ou seja, os indivíduos são estudados tendo sempre em conta a sua interacção, integração no seu todo social. Assim, através de uma estratégia metodológica pode reconstituir-se a(s) rede(s) em que determinado indivíduo se encontra inserido. No caso das mulheres sós com filho(s) (em situação de monoparentalidade) e em situação de pobreza ou exclusão social (socialmente assistidas), a reconstituição de uma rede poderá dar boas pistas sobre a importância que estas redes sociais informais têm na sua (sobre)vivência – no sentido em que lhes poderão dar apoio ao nível da satisfação das necessidades mais básicas e no modo como permitem organizar a sua vida de forma a participar na sociedade e aceder aos seus direitos de cidadãs.

Deste modo, pode constatar-se, como sublinha Wellman (1991 *apud* Portugal, 2008), que «o que os diversos estudos sobre redes sociais mostram é o modo como o desenho das redes condiciona o acesso dos indivíduos a diferentes recursos» podendo a forma das redes abrir ou fechar possibilidades.

3.1 A força dos laços

Granovetter (1973) defende que é a análise das redes interpessoais que proporciona a melhor ligação da interacção entre as esferas micro e macro. Assim, partindo de um aspecto do nível micro, a análise da força dos laços interpessoais, propõe-se demonstrar de que forma a utilização da análise de redes pode relacionar este aspecto com fenómenos da esfera macro, como sejam a difusão, a mobilidade social, organização política e a coesão social de um modo geral.

Como foi referido acima, Granovetter classifica os laços como fortes ou fracos, tendo como tese central um trabalho intitulado “A força dos laços fracos” (1973). Segundo esta tese, estes laços permitem às pessoas aceder a diferentes meios sociais, de informação, culturais, económicos, que caso se limitassem aos seus laços de

proximidade não teriam acesso, no fundo, aceder a realidades mais distantes da sua e da dos seus pares.

O seu argumento baseia-se na ideia de que é menos provável que os nossos conhecidos (laços fracos) se relacionem socialmente entre eles do que os nossos amigos (laços fortes) (Granovetter, 1973;1983). Isto é importante porque é um alargamento da rede social a que é permitido aceder, pois os amigos próximos estão normalmente ligados entre si, o que faz com que a rede seja de certo modo limitada tendo em conta especialmente que esta rede é constituída por pares com características semelhantes. Por outro lado, os conhecidos (laços fracos) estão inseridos eles próprios também em redes de proximidade, rede à qual um indivíduo passa a estar conectado também, através de um laço fraco. Este laço torna-se uma ponte entre duas redes de laços fortes. Estas pontes, as quais o autor denominou de *pontes locais*, são o canal mais rápido de fluxo de influência ou informação entre duas redes que se encontram conectadas por um elemento de cada uma, ou ainda entre qualquer elemento ligado indirectamente a uma destas redes, funcionando como elos de ligação entre segmentos da rede que de outro modo não estariam ligados. Os laços fortes só muito excepcionalmente podem ser pontes, pois já existe um laço forte entre os vários elementos. Por outro lado, os laços fracos não encontram este constrangimento. Apesar dos laços fracos não funcionarem imediatamente como pontes, todas as pontes são laços fracos. Assim, no que se refere, por exemplo, à difusão de uma mensagem esta pode chegar a um maior número de pessoas e atravessar mais estratos sociais quando são utilizados laços fracos do que quando são utilizados os laços fortes (Granovetter, 1973).

O autor acrescenta então que «as pessoas com poucos laços fracos se encontram privadas de informação proveniente de partes distantes do sistema social e ficarão confinadas ao provincianismo das notícias e opiniões dos seus amigos próximos» (Granovetter, 1983 pp. 202). Salienta ainda que esta posição de desvantagem se reflecte também em relação ao mercado de trabalho, uma vez que neste campo a vantagem em relação à concorrência pode ser a simples posse de informação no momento certo, acerca da abertura de determinada vaga. Pode então considerar-se que os laços fracos são um recurso importante na criação de oportunidades de mobilidade. Citando o autor «quando um homem muda de emprego, ele não está apenas a mudar de uma rede de laços para outra, mas também a estabelecer uma ligação entre elas» (1973, pp. 1373).

De um ponto de vista macro, na linha de Friedkin (1980) e Blau (1974) (*apud* Granovetter, 1983) os laços fracos são considerados fundamentais, pois é destes laços que depende a integração dos variados grupos na sociedade, uma vez que são estes laços que permitem o alargamento para além dos círculos de proximidade. Consideram que as relações próximas são restritas a pequenos grupos (micro) e fragmentam a sociedade nesses pequenos grupos tornando-as incoerentes. Na ausência de laços fracos, a circulação de informação e a propagação de ideias ocorreriam a um ritmo demasiado lento, a pesquisa científica seria débil e as populações seriam segregadas por etnia, cor de pele, território etc.

É referido também que variados estudos apontam para que haja uma tendência para que as pessoas pobres confiem mais e façam um maior investimento nos laços fortes que nos laços fracos. Este investimento é compreensível pois estes estão normalmente mais disponíveis e acessíveis. Acrescente-se ainda que os laços fortes têm, geralmente, uma componente mais assistencialista funcionando, muitas vezes, numa lógica de reciprocidade de uma comunidade (grupo) e procuram responder a necessidades económicas e sociais básicas imediatas. Assim é compreensível que haja um maior investimento nestes laços, pois o capital social gerado nestas trocas, ou laços, proporciona alguma segurança económica e de sobrevivência. Por outro lado, permite-nos colocar aqui novamente a questão, será que o investimento unicamente neste tipo de laços prolonga a permanência e reprodução geracional da situação de pobreza e exclusão social? Granovetter (1973; 1983) aponta este como mais um factor de perpetuação da pobreza, defendendo que o impacto provocado pelo investimento em laços fortes gera uma fragmentação nas comunidades mais pobres donde resultam redes encapsuladas com ligações fracas entre elas.

Sintetizando, talvez possamos afirmar que os laços fracos se revelam de uma importância extrema para o funcionamento, organização e estrutura macrosocial, uma vez que permitem o estabelecimento de pontes entre a existente diversidade social, cultural e económica, bem como contribuem para uma sociedade mais integradora e inclusiva desta mesma diversidade. A um nível micro o investimento neste tipo de laços é essencial para quebrar o isolamento resultante do sobreinvestimento em relações de proximidade e para um enriquecimento da própria rede próxima. Este isolamento pode perfeitamente ser uma agravante de uma situação de exclusão social, que por falta de ligações ao exterior se mantém encapsulada num círculo, a que podemos chamar vicioso.

II – METODOLOGIA

1. Formulação do problema

O número de famílias monoparentais tem aumentado consideravelmente na última década em todos os países da Europa. Como vimos, o número de mulheres em situação de monoparentalidade é esmagadoramente superior ao número de homens na mesma situação.

Segundo os dados conhecidos estas famílias também se encontram em situação de maior fragilidade e vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social. Sabe-se, também, que estas famílias têm maior dificuldade no acesso ao mercado de trabalho e na organização dos cuidados, pois têm que o fazer sem contar – ou contando de forma limitada – como o apoio do pai.

Assim, seleccionámos como objecto de estudo as mulheres sem cônjuge e com filhos a habitar consigo. Decidimos estudar famílias monoparentais que se encontram em situação de pobreza e exclusão social, utilizando como critério o recurso a serviços de apoio social, ou seja, o serem assistidas. Neste ponto, foram tidas em conta as categorias e tipos de experiência vivida da assistência, identificadas por Paugam (1991), que considera que este critério permite enquadrar um sujeito no grupo dos pobres.

A relação com a assistência, ou com os serviços de apoio social, varia de acordo com o respectivo regime de bem-estar vigente no contexto social em que cada indivíduo se encontra. O modelo de Esping-Andersen, revelou-se limitado para dar conta da realidade portuguesa, por não incluir os países do Sul da Europa, e por não enfatizar a importância do papel das famílias como provedoras de bem-estar (fá-lo apenas em relação ao regime conservador). Hespanha (2001) avança que a não inclusão de Portugal em nenhum destes regimes tem a ver, essencialmente, com a combinação particular que Portugal faz entre os modos de produção do Estado, do mercado e da comunidade.

De acordo com o tradicionalismo vigente em Portugal, a família tem um peso particularmente forte na produção de bem-estar e na própria concepção das políticas sociais. Parte-se quase do princípio de que esta deverá ser o principal provedor de bem-estar. Fazendo a família parte da esfera informal, é nesta esfera onde muitos recursos são obtidos, não só junto de familiares, mas também junto da rede de amigos e entre as

relações de vizinhança. Deste modo, procurou-se perceber quem dá resposta às necessidades quando o Estado, enquanto produtor de bem-estar não responde. Assim, tem toda a pertinência procurar esta resposta nas redes sociais.

Estas foram acima definidas como pessoas, ou conjunto de pessoas e as respectivas relações existentes entre si. Desta forma, e seguindo o pensamento de Granovetter (1973; 1983), vimos que a rede social de cada um, e o maior ou menor investimento em laços do tipo fraco ou forte, condicionam, por um lado, o acesso a diferentes esferas sociais e, por outro, permitem o acesso a determinados recursos. Como vimos, o autor considera que as pessoas pobres fazem um maior investimento em laços fortes pois estes têm um cariz mais assistencialista permitindo o acesso aos recursos mais básicos. Por outro, lado considera o limitado investimento destas pessoas em laços fracos um factor de perpetuação da pobreza.

O interesse deste estudo nasce do confluir de todas estas questões, procurando tentar perceber de que forma estas famílias de mulheres assistidas, em situação de monoparentalidade, acedem aos mais diversos recursos quando o Estado falha em responder. Vimos acima que para além deste, a produção de bem-estar é feita pelo sector privado, pelo terceiro sector e pelas redes informais como sejam as famílias, os amigos ou os vizinhos. Sem minorizar o valor da importância da intervenção de cada sector formal da sociedade, o interesse deste estudo orienta-se para o circuito informal. Assim, e com base no corpo teórico apresentado no ponto anterior, deparamo-nos com o problema, qual será o papel das redes sociais no trajecto de vida de mulheres assistidas em situação de monoparentalidade? Para responder a esta questão iremos caracterizar as redes sociais de cinco mulheres: o tipo de laços predominantes e o modo como estes lhes permitem aceder aos recursos.

2. A abordagem à rede

De modo a operacionalizar a abordagem das redes, Portugal (2008) identificou três estratégias metodológicas que permitem a sua reconstituição: a abordagem estrutural; a selecção de um informador privilegiado; a abordagem egocentrada.

A abordagem estrutural consiste na reconstituição da rede pelo recurso ao contacto com todos os elementos pertencentes a essa rede. Esta metodologia é extremamente complexa e morosa não servindo os interesses do presente estudo.

O segundo método consiste na selecção de um informador privilegiado para reconstituir as relações entre os diferentes membros da rede.

Por fim, a abordagem egocentrada, a mais frequente e que aqui é utilizada, consiste na reconstrução da rede social de determinado sujeito. A rede egocentrada é constituída pelo conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com ego, sendo ego, o centro da rede que se reconstitui. Este tipo de abordagem permite-nos aceder à perspectiva do sujeito (ego) em vez da do observador, como acontece no caso da selecção de um informador privilegiado. De referir que esta abordagem levanta frequentemente a dificuldade em identificar todos os elementos pertencentes à rede de ego, pelo que há a necessidade de se criar uma amostra desta.

No decurso da abordagem metodológica, é possível identificar fundamentalmente três tipos de rede: as redes de íntimos, que são constituídas pelos indivíduos considerados importantes para ego; as redes de interacção, que são compostas por indivíduos com os quais ego interage numa base de rotina; as redes de troca, que são constituídas pelos indivíduos cujo comportamento recompensa ou penaliza ego ou as pessoas que são directamente compensadas ou penalizadas por ego (Fischer, 1982 *apud* Portugal, 2008) incluem, assim, interacções avaliadas positiva ou negativamente. No presente trabalho, será possível identificar os três tipos de rede e indicar a importância que têm no acesso a determinados recursos.

3. Instrumentos de recolha de informação

O instrumento eleito para reconstruir as redes sociais neste estudo foi a entrevista. Esta opção prendeu-se essencialmente com a necessidade de obter dados qualitativos que nos permitissem proceder à reconstrução da rede social de cada uma das mulheres que entrevistámos, de modo a podermos compreender o papel que estas redes tiveram/têm no seu trajecto de vida. Também a necessidade de conhecer a sua história de vida, nomeadamente o seu percurso junto da assistência, justificam esta

opção, tendo em conta que a entrevista permite obter de modo aprofundado, este tipo de informação qualitativa.

A entrevista pode ser, no entanto, de natureza diversa: aberta, em que o entrevistador permite um discurso mais livre ao entrevistado, intervindo raramente; directiva, quando o entrevistador conduz o decurso da entrevista de acordo com um objectivo de recolha de informação restrito e previamente por si estipulado; semi-directiva, que combina aspectos dos dois tipos anteriores.

Para o presente trabalho elegeu-se a entrevista semi-directiva. As entrevistadas tiveram liberdade de discurso ao longo da entrevista, o entrevistador interveio com questões relativas a áreas essenciais para recolher a informação desejada, direccionando o discurso para as questões pertinentes ao trabalho, como a abordagem da rede social, o percurso na assistência e situação da monoparentalidade. Desta forma, o entrevistador impôs alguns limites à liberdade discursiva sem que, no entanto, se perdesse o registo de história de vida.

A entrevista obedeceu a um guião (Anexo I), previamente elaborado que teve como objectivo abranger as áreas do trajecto de vida destas mulheres e o papel das redes sociais. Assim, este foi construído de modo a permitir organizar uma história de vida em que o seu percurso e experiência de assistidas fosse abordado, tendo para isso recorrido a dois guiões de entrevista utilizados por Paugam (1991). Para reconstruir as suas redes sociais e responder às questões chave *Quem? O quê?* usou-se como referência um guião de entrevista concebido por Portugal (2006).

4. Procedimentos

Após a elaboração do guião de entrevista, iniciou-se o trabalho empírico. A selecção das mulheres a entrevistar foi realizada a partir de dois centros sociais da Fundação AMI, na região de Lisboa, nos Centros Porta Amiga de Chelas e das Olaias.

Para chegarmos ao contacto com estas pessoas foi pedida autorização directamente à vice-presidente da Fundação AMI, Dra. Leonor Nobre, e à Directora Nacional da Acção Social da AMI, Dra. Ana Martins. Conseguidas estas autorizações, passou-se ao contacto directo com duas assistentes sociais dos respectivos centros com o intuito de identificarem de entre as suas utentes casos que cumprissem os critérios

para a presente investigação. Pediu-se que identificassem cinco mulheres entre os 20 e os 49 anos, naturais de Portugal, em situação de monoparentalidade, e que fizessem uma primeira abordagem no sentido de averiguar a sua disponibilidade para colaborar neste estudo. A colaboração da Dra. Fernanda Silva e da Dra. Ana Ramalho foi fundamental nesta fase. Chegámos assim à Ana, à Beatriz, à Catarina, à Daniela e à Elisa.

Após este primeiro contacto, o investigador agendou a entrevista telefonicamente, de acordo com a disponibilidade de cada uma, e com a disponibilidade de sala nos Centros. As primeiras quatro entrevistas decorreram no Centro Porta Amiga das Olaias por este ser um centro maior, com mais salas, tendo mais disponibilidade de espaço e por ser o centro de referência para elas (à excepção de Daniela, que frequenta mais assiduamente o centro de Chelas). A última entrevista decorreu no Centro Porta Amiga de Chelas. Estas ocorreram entre os dias 7 e 31 de Maio de 2010. As entrevistas foram gravadas em formato mp3 com o consentimento das entrevistadas. A duração da entrevista variou entre 1h11m, a mais curta, e 2h13m, a mais longa.

Para se proceder à análise das entrevistas, num primeiro momento estas foram transcritas. Posteriormente cada entrevista foi transposta para uma grelha adaptada a partir de Costa (2008, 69-71) que aborda o conjunto de sistemas sociais e respectivos factores de exclusão/inclusão. De seguida, utilizando a mesma grelha foi construída uma grelha horizontal onde os vários aspectos pudessem ser comparados. Finalmente procedeu-se à criação de uma grelha de análise de rede, onde para cada campo dos diferentes sistemas sociais (económico, institucional etc...) foram identificados os nós, os laços e tipo de laços. Esta grelha permitiu proceder à reconstituição da rede social de cada uma das entrevistadas.

No ponto que se segue, é apresentada a análise de cada uma das entrevistas dividida em três fases: uma primeira em que se faz um relato da história pessoal; no segundo ponto é abordado percurso na assistência; e por último é analisado o papel das redes sociais no seu trajecto.

A apresentação das entrevistas, com o intuito de manter o anonimato das entrevistadas, é feita com recurso a nomes fictícios.

III – CINCO HISTÓRIAS

1.1 – Ana, “nunca quis ser mãe”

Ana tem 44 anos, nasceu em Lisboa e viveu até aos cinco anos na Beira Alta, pois o seu pai arranjava trabalho como relojoeiro lá. Posteriormente a família regressou a Lisboa tendo ido viver para Oeiras, sítio onde os seus pais ainda residem. Frequentou a escola até ao 11º ano em Oeiras, tendo concluído o 12º ano à noite, em Lisboa. Enquanto aluna descreve-se como interessada, embora nunca tenha estudado muito e nunca tenha obtido muito boas notas. Sempre estudou na área de artes, tendo chumbado no 10º ano a matemática e física. Nessa altura (com 18 anos), começou a trabalhar com o pai fazendo recados de estafeta e a estudar à noite. No entanto, refere trabalhar desde os 16 anos, durante as férias de Verão.

É a mais velha de uma fratria de três irmãs. Descreve a sua relação com estas como «...eu e as minhas irmãs, nunca fomos assim... éramos íntimas em miúdas e em adolescentes eu e a minha irmã mais... do meio tínhamos o mesmo grupo de amigos, mas depois de adultas cada uma seguiu o seu rumo, não somos daquelas famílias assim... falamos ao telefone, mandamos mensagens de vez em quando encontramos casualmente (...) somos assim uma família descontraída mesmo quando estávamos mais próximos geograficamente nunca fomos assim de nos darmos assim...»

Foi mãe pela primeira vez tinha 28 anos. Na altura vivia em casa dos pais onde permaneceu durante mais cerca de um ano até voltar a trabalhar, sendo a mãe quem ficava com o seu filho António. Este nasceu prematuro (3 meses antes do termo) e com paralisia cerebral. Do relacionamento com o pai de António, conta ter durado aproximadamente um ano nunca tendo visto a relação com uma perspectiva futura. A criança nasceu quando o pai se encontrava ausente do país a trabalhar em Inglaterra sendo que este raramente lhe deu algum tipo de apoio. Quando conseguiu ter condições para alugar uma casa Ana e o filho saíram da casa dos seus pais, tendo residido em várias casas no concelho de Oeiras até que foi viver para Alcântara. Refere que a mãe foi um grande apoio até aos 3 anos de António e que posteriormente o inscreveu num infantário. Devido aos seus horários de trabalho e às distâncias entre casa e o trabalho, conta que arranjou uma ama que ia buscá-lo à carrinha do colégio e onde ficava a dormir com frequência até por volta dos 7 anos. A partir desta idade o António passou a dormir na instituição que frequentava durante o dia. Actualmente o filho reside num

colégio com residência permanente, vindo a casa passar alguns fins-de-semana ou dias de férias.

O segundo filho de Ana, o Bruno, nasceu há 6 anos fruto de uma relação com alguma estabilidade e duração, no entanto, há cerca de um ano separaram-se. Na altura do nascimento deste, decidiram que Ana deixaria de trabalhar, tendo ficado em casa a receber o fundo de desemprego, facto que contribuiu para a deterioração da sua situação financeira. Descreve o pai do Bruno como “um homem à moda antiga” considerando que o dinheiro era o principal problema da relação *«...fiquei nesta situação de dependência porque eu também quis porque o Bruno nasceu e eu quis ficar em casa, mas ao mesmo tempo foi-me roendo um bocado porque não tem nada haver comigo...»*. Actualmente reside na zona das Olaias com este seu filho, numa casa que diz ser “boa” referindo no entanto a necessidade de fazer diversas obras devido a infiltrações de água e humidade, janelas partidas e paredes a precisar de pintura. O pai do Bruno é quem paga a renda. Para além deste apoio Ana diz não poder contar com ele para muito mais, pois a sua condição financeira não o permite.

Nenhum dos nascimentos dos dois filhos de Ana foi planeado. Em nenhuma das relações foram feitos planos para ter filhos. Ana refere, inclusive, nunca ter desejado ser mãe.

Ao longo da sua vida, Ana trabalhou em diversas empresas de trabalho temporário e diz que na altura tinha ordenados razoáveis que lhe permitiam pagar a renda e a ama. Está desempregada desde o nascimento de Bruno, ou seja, há 6 anos. Procura, no entanto, criar o próprio emprego fazendo peças de bijutaria para vender em pequenas feiras de artesanato, ou em empresas de pessoas conhecidas.

1.2 – “Não tenho vergonha de aceitar”

Os apoios da assistência social têm um papel fundamental na vida de Ana. Mas nem sempre assim foi, dado que ao longo da sua vida teve um percurso no mercado de trabalho e foi conseguindo empregos que lhe permitiam fazer face às despesas. Ana diz que na altura em que teve o primeiro filho, os apoios eram muitos diferentes *«...tomara a mim ter os apoios que tenho agora quando o António nasceu, provavelmente teria sido diferente daquilo que foi, embora eu sempre trabalhasse, tinha ajudas portanto*

pagava às amas, pagava às moças que o levavam à fisioterapia tudo isso do meu bolso sem recorrer a apoios nenhuns, porque não havia porque eu não podia recorrer a eles porque estava a trabalhar e não tinha direito a eles...». Desde os 4 anos que o António frequenta colégios ligados à educação especial, tendo a partir dos 7, passado para regime de internato. Hoje em dia reside num colégio com residência permanente em que o período dos dias úteis é pago ao abrigo da educação especial pelo Ministério da Educação e o período de fins-de-semana é pago pela Santa Casa da Misericórdia, tendo esta vaga sido conseguida pela “sua” assistente social. Neste momento Ana paga os produtos de higiene, a medicação e parte das fraldas.

Encontra-se desempregada há seis anos, tendo como rendimentos alguns subsídios sociais como o RSI do qual recebe 87 euros e do abono por deficiência e outros abonos que somam 208 euros mensais. A sua motivação para o emprego parece, por um lado elevada, pois refere com frequência ao longo da entrevista a intenção de criar o seu próprio emprego, que na verdade já exerce ainda que seja à margem do mercado formal. Por outro lado, notam-se no seu discurso uma série de racionalizações, que dão conta de uma ambivalência em relação a entrar no mercado formal de emprego, como exemplifica esta citação *«...neste momento se for a correr pegar num emprego qualquer assim à toa os benefícios que o António tem porque é menor, vai perdê-los por causa dos meus rendimentos, que não vão servir porque um ordenado mínimo não me vai resolver, não me vai fazer face às despesas e afecta os benefícios que agora ele tem mesmo ao nível da educação especial, da segurança social, ou seja se calhar, não estou a dizer que não precisava de um ordenado ou que não precisava de um emprego, mas se vou prejudicá-lo, já não falo em mim, vou prejudicá-lo a ele, quando ele for maior já é diferente porque o Estado deve-lhe o apoio directamente a ele...».*

Esta afirmação dá conta ainda de um processo de aprendizagem dos mecanismos de funcionamento dos apoios sociais, característica do tipo de experiência de assistência instalada, referida na primeira parte deste trabalho. Pode ainda dar conta da lógica perversa, mencionada quando foi feita referência ao tipo de assistência reivindicada, em que a ausência de trabalho facilita o acesso aos apoios sociais.

Em termos de apoios sociais Ana recebe, ainda, o apoio em géneros alimentares e vestuário do Centro Porta Amiga da AMI, instituição do terceiro sector, e fraldas que vai buscar à Santa Casa da Misericórdia.

Olhando para o papel que os apoios sociais representam na vida de Ana, podemos afirmar que estes têm um peso muito forte, encontrando-se ela dependente destes apoios. O conhecimento que revela do funcionamento dos apoios sociais, demonstra que houve um processo de aprendizagem deste. Como foi possível constatar da entrevista realizada, não transparece qualquer sentimento de vergonha ou mal-estar na sua relação com a assistência social, «*Eu quando descubro algum tipo de apoio a que posso recorrer pego no telefone...*» o que evidencia uma identificação e interiorização do papel de assistida. Segundo o esquema de Paugam (1991) podemos enquadrar Ana no tipo de experiência da assistência instalada.

1.3 – Laços e bijutarias

Para além dos apoios sociais Ana conta e contou, ao longo do seu trajecto de vida, com alguns apoios informais providenciados pela sua rede de familiares, amigos ou vizinhos.

No momento do nascimento do António, não pôde contar de forma regular com apoio do pai deste, exceptuando uma ou outra ajuda financeira da parte deste, tendo sido os pais, em especial a mãe quem lhe deu maior apoio. Ana não só vivia com os pais, como eles tomavam conta do António quando ela regressou ao trabalho, mesmo após ter saído de casa deles. Podemos classificar estes laços, como laços fortes devido à antiguidade da relação, à intensidade emocional e intimidade da relação, estes laços são ainda positivos e, neste período após o nascimento de António, activos pois a interacção fazia parte do dia-a-dia. Hoje em dia Ana já não recorre aos pais para receber apoio, podendo considerar que estes laços passaram a passivos no sentido em que já não fazem parte do apoio quotidiano mas que existem e Ana sabe que pode contar com eles quando necessário.

Encontramos também a presença de laços fortes no acesso à habitação. Podemos também considerar este, um laço positivo e activo. Residindo numa casa alugada com o seu filho mais novo, a renda está por conta do pai do Bruno. Ana diz não poder contar com o apoio dele para muito mais, conta que, sendo o pai do Bruno taxista, esporadicamente lhe pede para a ir buscar e ao filho à escola quando tem alguma reunião de pais.

Quando questionada acerca da pessoa com a qual poderia sempre contar, Ana refere uma amiga, com a qual, apesar de não morarem próximas, diz encontrar-se com

alguma regularidade e da qual tem recebido vários apoios. Roupas e brinquedos para os filhos e mobília para a casa têm sido bens que recebe desta sua amiga. Diz Ana: «*Sem dúvida recorria mais depressa a ela do que a qualquer pessoa da minha família (...) é uma pessoa que se eu um dia faltasse ao Bruno tinha ali uma família garantida, mais do que o pai do Bruno, não é por não querer mas é por inépcia...*».

Ana diz ainda contar com o apoio de algumas vizinhas que têm filhos ou netos da idade do Bruno e que por vezes lhe dão roupa que estes já não usam. Estes laços, podemos considerar como fracos uma vez que se tratam de relações menos antigas e com distintas cargas emocionais e de intimidade relativamente às relações anteriores.

De modo a vender as peças que realiza (artes decorativas; artesanato, bijutaria) recorre a pessoas conhecidas para conseguir fazê-lo. Refere ter contactado a escola que o filho frequenta para realizar uma exposição de venda dos seus materiais e ir a empresas de pessoas suas conhecidas onde pode mostrar e vender o seu trabalho. Uma das suas fontes de contactos foi um curso que realizou recentemente sendo que as suas colegas são actualmente suas clientes. Diz que não dá para ter um rendimento certo e regular, mas que vai dando para ganhar algum dinheiro. Aqui podemos observar, como estes laços fracos permitem o acesso a um outro mundo social e a recursos económicos.

Da observação das redes sociais de Ana, salienta-se o maior investimento em laços fortes principalmente para garantir apoios mais básicos. Por outro lado, os laços fracos aparecem aqui como possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, quer dizer, não propriamente a um posto de trabalho, pois este, foi criado por si própria, mas enquanto trabalhadora por conta própria, vendendo os produtos criados por si, permite-lhe atingir um campo mais abrangente de clientes.

2.1 – Beatriz, Um filho do euro 2004

A Beatriz tem 47 anos, é divorciada e nasceu em Lisboa, tendo residido sempre no bairro da Musgueira, até ser realojada, há cerca de 10 anos, em casa da Câmara no novo bairro da Alta de Lisboa. Não viu esta mudança com bons olhos, não só pelo aumento na renda, mas também porque considera que a casa onde morava tinha melhores condições, era maior, tinha dois quintais onde os filhos podiam brincar «*...só me roubaram não me deram nada.*».

Os pais eram de Beja tendo-se mudado para Lisboa. Descreve o pai como alcoólico e violento, e diz que só a mãe é que trabalhava, como empregada doméstica, para o sustento da casa e dos 12 filhos. Destes refere que alguns já faleceram, tendo apenas duas irmãs a residir perto de si.

Beatriz tem três filhos, um com 27 anos, um com 24 e um mais novo com 5 anos. Só o mais novo vive consigo, o mais velho vive em casa da avó paterna e mantém um contacto regular com ela, o outro emigrou para França e diz não falar com ele há quase um ano.

Os dois filhos mais velhos são fruto de uma relação de longa duração, tendo o mais velho nascido quando Beatriz tinha 19 anos, 2 anos antes de casar. Conta que aos 25 anos foi presa «...o meu marido era traficante, não assumiu e achava que era melhor ideia lá pôr a mulher...», tendo cumprido uma pena de 5 anos em Tires. Quando saiu da prisão «...a primeira coisa que quis foi o divórcio...». Os filhos foram, durante o período de reclusão, morar com a avó paterna. Durante este período conta que recebia com frequência visitas da mãe e ocasionalmente dos filhos «...porque também não queria que eles viessem sempre, acho que é uma carga muito pesada para as crianças.» Acrescenta que fez diversos cursos de formação, que era uma forma de conseguir algum dinheiro para ajudar a mãe. Aí concluiu também o 6º ano, uma vez que até então tinha apenas a 4ª classe. Tinha deixado de estudar porque a mãe necessitava de si em casa para tomar conta dos sobrinhos que uma das suas irmãs tinha abandonado lá em casa. Na altura a mãe trabalhava e todos os seus irmãos e irmãs tinham já saído de casa, à excepção da sua irmã mais nova.

O filho mais novo nasceu de uma relação ocasional, sendo que este não conhece o pai, nem o pai conhece a criança «... estava eu de 5 meses ou 4 e o pai disse que não estava preparado para ser pai, até hoje ainda não se preparou.». Deste modo, Beatriz sempre foi a única cuidadora desta criança. Referiu que nenhum dos filhos havia sido planeado. Queria ter filhos mas noutra altura da sua vida.

No que diz respeito à formação Beatriz conta ter terminado o 9º ano no ano passado. Em relação a trabalho diz ter começado a trabalhar por volta dos 16 anos e desde então ter já feito de tudo, embora sempre em trabalhos pouco qualificados e mal pagos. Referiu ter parado de trabalhar quando nasceram os filhos, na altura trabalhava nas limpezas, e não tinha com quem deixar as crianças durante o horário de trabalho.

Considera o nascimento do último filho como um dos momentos de viragem na sua vida, não só por estar sozinha mas também por ter perdido os vários trabalhos que tinha em casas particulares. Revela que desde então tem sido mais difícil arranjar trabalho «... com 46 anos já me chamaram propriamente velha (...) a gente responder a anúncios do fundo de desemprego que precisam muito e a gente chega lá... e se tem uma criança ainda é pior, porque se tem uma criança a criança tem que ir ao médico (...) ele tem que ir ao médico pelo menos duas vezes por mês...». Refere que o seu filho frequenta consultas de terapia da fala e que é ela quem vai com ele às consultas, pois considera que são os pais que devem acompanhar os filhos ao médico. Actualmente tem um trabalho em part-time como empregada de refeitório, mas que diz que irá terminar quando terminar o período escolar. É um trabalho precário que arranjou através de uma empresa de Recursos Humanos, no entanto, diz ter sido informada de que poderá usufruir do fundo de desemprego.

2.2 – “É uma questão de assistentes”

Podemos dizer que Beatriz nasceu dentro de um contexto de assistência. Beatriz nasceu no seio de uma família pobre, num bairro pobre de casas da Câmara, numa família sem habilitações literárias que vivia num contexto de precariedade.

Beatriz é beneficiária do Rendimento Social de Inserção (RSI), recebendo um valor de 100 euros. Refere que antes de começar a trabalhar recebia dessa mesma prestação social um valor de 280 euros, pelo que se sente injustiçada, culpando a assistente social – a quem revelou ter iniciado um trabalho em part-time, do qual recebe 226 euros – pela redução que teve da prestação de RSI: «a sinceridade às vezes não joga a nosso favor, falei com a assistente disse-lhe que tinha arranjado um part-time (...) A Sra. logo no mês a seguir pumba cortou, começou-me a dar 100 euros, é ridículo tenham a santa paciência (...) se ela conseguir esticar faça uma troca que eu não me importo (...) há lá mães que têm exactamente uma criança só e recebem 400, 300, 500 isso tem a ver com assistentes...».

Conta que, quando nasceu o último filho, por falta de sítio para o deixar, abriu mão de todos os trabalhos que tinha, tendo inscrito o filho numa creche da Santa Casa aos 4 meses, no entanto, este nunca entrou para lá, pois era-lhe dito sempre que não

existiam vagas «...é só para as amigas das senhoras de lá, todos os anos se for lá inscrever alguém é todos os anos as mesmas vagas, só há sempre 7 mas depois entram aos 10 e aos 15 mas é mais conhecimentos, amigas...». Refere então que após recorrer à assistente social, esta conseguiu uma vaga para o seu filho numa creche, numas instalações “provisórias”, da igreja de Philadelphia que existia no bairro, que ainda assim considerava cara para os seus rendimentos, mas conseguiu que o preço baixasse para 40 euros passado algum tempo. Acrescenta ainda que esta não tinha condições «... não tem espaço para os meninos brincar, não tem um refeitório para os meninos aprenderem a comer à mesa...» e para além do que pagava ainda tinha que levar uma série de coisas como as farinhas, o leite e as fraldas. Aos três anos conseguiu que o seu filho fosse para uma creche pública, onde está até hoje e em relação à qual tem uma boa opinião considerando-a uma boa creche.

Referiu também que o filho tem necessidade de frequentar consultas de terapia da fala, sendo estas pagas pela Santa Casa. Diz recorrer a serviços de medicina através da Segurança Social e da Santa Casa, pois por vezes uns são mais rápidos que outros e é mais fácil conseguir determinada consulta através de um serviço que doutro.

A habitação onde reside com o filho é da Câmara, tendo que pagar uma renda de 18,60 euros que diz não pagar por não ter dinheiro. Neste momento calcula ter em dívida cerca de 420 euros, tendo pedido ajuda à assistente social «... falei com a assistente a dizer que tinha aquela dívida toda em atraso ela disse que não tinha nada a ver com isso, se ela não tem nada a ver com isso então olha, lamento imenso, eu também não vou passar fome e deixar o meu menino passar, já passo imensas dificuldades...». Entrou ainda em negociações para pagar esta dívida tendo-lhe sido proposto que pagasse uma renda atrasada e uma actual, mas diz que não pode mesmo. Neste ponto demonstra uma grande revolta pela troca de habitação que lhe foi imposta, pois refere pagar mais por menos condições «Eles meteram as pessoas ali, os pobres como se eles fossem ricos e as casas não são por aí além...».

Finalmente acrescenta que recebe apoios em géneros alimentares da AMI no Centro Porta Amiga das Olaias. Refere que este é um apoio recente e que só recorre a este apoio desde o nascimento do seu último filho. Acrescenta: «Se eu não tivesse o pequenino, que ninguém tivesse pena de mim que eu estava a trabalhar, porque arranja-se porque não há aquele problema de horários não é preciso ir ao médico, é

totalmente diferente. Se eu não o tivesse, tinha continuado a minha vida nem conhecia aqui a AMI.»

Resumindo, em todo o seu discurso é perceptível um tom reivindicativo e uma postura, perante os técnicos de apoio social, de “aliança” quando estes satisfazem os seus pedidos – como se percebe através de expressões como «...*ela foi impecável.*» referindo-se à assistente social quando esta lhe propôs a negociação do pagamento da renda da casa - ou pelo contrário de culpabilização quando não o fazem, como se pode verificar com o corte do valor de RSI, e falta de vaga nas creches. Assume também uma atitude de negociação com estes. Verifica-se uma forte dependência em relação aos apoios sociais e um hábito à sua presença regular, sendo estas características do tipo de experiência da assistência reivindicada. Por outro lado, a sua atitude perante o trabalho é bem diferente daquela descrita por Paugam (1991) para este grupo, pois Beatriz refere ao longo da vida sempre ter trabalhado, à excepção de alguns momentos devido ao nascimento dos filhos e mais recentemente devido a dificuldades em encontrar trabalho. Refere mesmo ao longo da entrevista um grande gosto por trabalhar, «... *eu gosto de trabalhar e faz bem à saúde. É verdade, a gente conhece pessoas ri-se lá...*».

2.3 – “Não confio em ninguém”

A partir do relato de Beatriz é perceptível que esta não conta com a ajuda dos outros como um pressuposto, diz inclusive, quando questionada sobre com que pessoas pode contar, «*Eu. E sempre eu, senão for eu, hoje podem estar dispostos para me ajudar e amanhã já não estar, por isso hei-de contar com quem, com o meu eu.*». Refere, no entanto, ter ajuda de vizinhos, amigos ou familiares para algumas tarefas como «... *se eu precisar por ex. mudar um candeeiro isso eu chamo-o, por ex. cortar uma tábuia que eu não consiga eu peço a quem estiver mais perto e seja mais rápido...*». Podemos referir, tendo em conta as ajudas directas que se verificam nesta troca de serviços, que se tratam de laços activos e positivos, sendo os laços com os familiares, devido à longevidade da relação e à intensidade emocional, considerados fortes.

No que diz respeito aos cuidados com o filho mais novo, aquele que reside consigo, diz não confiar noutras pessoas para cuidarem dele, sendo para si muito difícil deixá-lo com alguém mesmo para ir fazer um trabalho extra «*Não porque eu não deixo,*

não confio nas pessoas muito sinceramente, há tanta coisa aí eu sei lá. Não consigo mesmo, é escusado.». No entanto, refere poder contar com a ajuda de uma amiga, que é madrinha do seu filho. Esta dá-lhe algum apoio financeiro quando necessário, normalmente quando se trata de algo relativo ao afilhado. Exemplifica contando um episódio em que esta lhe comprou medicamentos que a criança necessitava com urgência e Beatriz não tinha dinheiro na altura. Refere também que esta por vezes paga visitas de estudo e outros bens escolares. Quando precisa de ir trabalhar fora do seu horário normal, esta sua amiga também está disponível para ficar com o seu filho. Esta amiga é sua vizinha e têm um relacionamento de longa duração, com uma convivência regular. Podemos classificar este como um laço forte, positivo, uma vez que se trata de uma amiga e com qual há laços de identificação, e activo, pois há apoios e interacção regular. Para além da madrinha, refere ainda outra amiga com a qual deixa o seu filho por vezes, pois esta tem um filho da idade do seu, mas não faz mais referências a esta.

O acesso ao actual trabalho deu-se através do contacto de uma amiga. Não tendo sido a amiga quem lhe arranhou directamente o trabalho, até porque Beatriz refere «...*Eu então pedi-lhe e ela andou a enrolar muito tempo...*», esta forneceu-lhe informação privilegiada, a de que no seu local de trabalho era preciso mais uma pessoa. Com esta informação Beatriz dirigiu-se à empresa onde havia a referida vaga e conseguiu o emprego. Esta amiga, que é um laço forte de Beatriz, actua como uma ponte que ligou duas redes, a de Beatriz com a do seu trabalho.

Beatriz identifica também como importante, no período em que cumpriu a sua pena de prisão e após a sua saída, a ajuda que teve a um nível emocional, de uma das Guardas prisionais. Diz ter conseguido superar todo o ódio e sede de vingança que trazia consigo com ajuda desta Guarda «... *apetecia-me matar toda a gente que me fez mal, eu primeiro que conseguisse ultrapassar isso levei dois anos e meio para o fazer (...)* Com a ajuda de uma guarda que lá parecia mais a minha mãe, foi a pessoa que mais apoio me deu...». Este é um laço que pode ser considerado forte pela intensidade emocional que contém, e positivo.

Em relação à rede social de Beatriz, podemos dizer que esta é de reduzida dimensão, ou seja, não existem muitos nós nesta sua rede pelo que pode contar com poucos apoios. Ainda assim estes existem e revelam-se eficazes em diversos campos como nos cuidados ao seu filho, no campo emocional e na procura de trabalho.

Observa-se ainda que a grande maioria dos laços que constituem a sua rede são laços fortes.

3.1 – Catarina, “Sozinha na vida como sempre”

Catarina tem 42 anos e nasceu em Lisboa. No entanto, diz ter sido criada, pela avó e pelo padrinho, na região de Bragança, para onde foi viver aos 4 anos após o divórcio dos pais. Estes familiares são para si referências, ao contrário dos pais e do padrasto com os quais revela relações conflituosas e violentas. Diz ter um irmão e mais dois de pai ou mãe diferente. Não existe relacionamento com estes à excepção de uma irmã, filha do seu pai e de uma prima direita da sua mãe. O funcionamento familiar é e sempre foi marcado pela conflituosidade. Conta ter frequentado a escola até ao 7º ano, em Bragança, e ter perdido muitos anos, pois descreve-se como «...*uma miúda muito revoltada...*» além de perder semanas de aulas por ter que se deslocar a Lisboa devido a operações que tinha que fazer todos os anos por ter Pé Boto. Nestas deslocações costumava ficar em casa da mãe. Conta ter vivido em casa da sua mãe e padrasto, tendo fugido com 15 anos para casa do pai. Em casa do pai não teve melhor sorte, relatando episódios de maus tratos praticados por este e pela madrasta. Catarina fugiu novamente.

Regressou a Bragança com o padrinho que a veio buscar, após ter trabalhado como empregada numa casa particular. No entanto, por volta dos 17 anos decide voltar para Lisboa, por um lado para voltar para junto dos pais «...*os dois me fecharam as portas*», por outro, tinha iniciado um relacionamento com um rapaz que havia conhecido quando costumava ir a Lisboa «*Quando vim para Lisboa estava junta com o pai do meu filho...*».

Desta relação nasceu o primeiro filho, Samuel, que tem actualmente 22 anos. A relação era conflituosa sendo que era ela que tinha que pagar as despesas referentes à casa, alimentação e ama para o filho, por seu lado, «...*ele era um homem que era chapa ganha chapa gasta, eu trabalhava para a casa, eu sustentava a casa, pagava o infantário (...) ele trabalhava e não dava nada em casa...*». Conta que por volta dos 22 anos teve uma acção de despejo por falta de pagamento das rendas «...*tive mesmo que optar ou pagava a ama e dava comer ao meu filho ou pagava a renda então tive uma acção de despejo...*».

Nesta altura foi pedir auxílio ao padrasto, pois diz que a mãe não lhe abriria a porta. Refere uma relação bastante conflituosa, com episódios de violência, agressões físicas e verbais. Actualmente ainda permanece em casa do seu padrasto com os dois filhos, tendo ambos ali crescido, vivendo em situação de grande precariedade habitacional, «...vivo em casa do meu padrasto onde tenho uma vida bastante complicada, durmo num quarto com eles, ele é bastante mau, sempre foi (...) criei lá o João onde passei muito, entretanto nasceu o Duarte continuo a lá estar porque não tenho possibilidades para alugar casa (...) eu moro num quarto com o João que tem 22 anos e durmo com o Duarte na outra cama (...) Mas pronto não tenho maneira como desenrascar, não tenho família, encontro-me sozinha como sempre estive na vida...». Diz que o mau ambiente se mantém não só com o padrasto mas agora também com o filho mais velho. Este havia já saído de casa mas, entretanto, regressou. Catarina diz sentir que este não cumpre o seu dever perante a família «...o João não me quer ajudar que agora o barco vai abaixo e ele, está em questões de ir embora (...) ele trabalha mas eu sempre o sustentei... não quer assumir responsabilidade que tem entre mim e o irmão...».

O segundo filho, Duarte nasceu de um relacionamento que teve com um homem que conheceu num curso de azulejaria que frequentou, mas não terminou. Conta que este está em situação de sem-abrigo, sobrevivendo da venda da revista Cais, e é toxicodependente. Diz nunca terem vivido juntos nem terem mantido a relação, no entanto, encontram-se ocasionalmente.

Catarina também foi toxicodependente durante aproximadamente 4 anos, entre os 26 e os 30 anos. Aos 30 resolveu fazer o tratamento, tendo durante este período o João ficado com um casal vizinho que tomou conta dele. É também seropositiva referindo ter sido contaminada por um ex-namorado.

Em relação ao seu percurso profissional, diz ter começado a trabalhar aos 17 anos como operária de uma fábrica. Teve já diversos trabalhos, mas encontra-se desempregada desde 2002 dizendo que tem sido cada vez mais difícil encontrar um emprego compatível com os horários do seu filho «...tendo filhos pequenos e não tendo ninguém o meu maior problema é não ter alguém, percebe, esse auxílio ou um familiar ou uma mãe ou uma avó qualquer pessoa...». Refere como obstáculos para arranjar

trabalho, o facto de não ter com quem deixar o filho mais novo, a sua idade e baixas habilitações literárias e o facto de ser seropositiva.

3.2 – “42 euros de abono”

Catarina recebe um abono de 42 euros, sendo este o seu único rendimento. Ocasionalmente recebe uma pensão de alimentos do pai de Duarte «...*tão depressa dá pensão de alimentos como não dá (...) ele usufrui do rendimento (...) se o encontrar depois de ele estar a consumir, é grupe que ele gasta tudo...*». Em relação ao pai do João refere que este pagou temporariamente depois de intimado pelo tribunal mas que foi durante um curto período. Era beneficiária do RSI no valor de 392 euros, no entanto, na altura da entrevista este benefício tinha-lhe sido cortado, diz que «...*por falta de dados...*». Diz não perceber o porquê deste corte, uma vez que o seu agregado familiar é composto apenas por si e pelo seu filho mais novo, por sua vez na Segurança Social dizem-lhe que tem dois filhos consigo. A assistente social deu-lhe conhecimento de um subsídio a que tem direito devido à sua situação de monoparentalidade, diz que vai tentar pedir este subsídio em breve.

Devido ao facto de ser seropositiva, tem assistência médica e medicamentosa gratuita e frequenta ainda a Associação Positivo onde recebe apoio psicológico e onde diz poder trocar experiências com pessoas que sofrem da mesma doença crónica. Dado estar sem rendimentos para além do abono, Catarina planeia recorrer à Abraço para obter o passe social, pois necessita fazer muitas deslocações (para ir a consultas, levantar medicação, procurar emprego) e sem este apoio deixa de as poder fazer

É utente do Centro Porta Amiga das Olaias desde o nascimento do Duarte, pois o pai do seu filho era já utente há muito tempo. Deste centro recebe apoio em géneros alimentares, vestuário e por vezes brinquedos e livros para o seu filho.

A situação de Catarina está no limite entre a experiência de assistência instalada e a marginalidade. A sua dependência de apoios é elevada embora diga «... *estou a criar o Duarte sozinha, com as minhas dificuldades mas não lhe falta nada...*». Tendo em conta que até há bem pouco tempo recebia o RSI, que ia possibilitando que não “faltasse nada”, o corte deste rendimento pode significar a entrada no tipo de experiência da marginalidade. São diversos os pontos da sua experiência que coincidem com os da

marginalidade: a falta de rendimentos, provenham estes de uma actividade dentro do mercado de trabalho ou de prestações sociais, a sua história de vida marcada por fracassos, episódios de violência, traumas e abandonos. Dentro deste tipo de experiência, Catarina aproxima-se mais da marginalidade conjurada uma vez que refere várias vezes um desejo de se inserir social e profissionalmente como forma de aceder a um estatuto com garantia de recursos regulares. Podemos dizer que Catarina se encontra à deriva entre estes dois tipos de experiência, tendo como certa a dependência de diversos apoios.

3.3 – Um laço negativo

A falta de apoios formais na vida de Catarina é colmatada, em parte, pelos apoios que obtém da sua rede social. Apesar de referir com frequência que se encontra «...sozinha no mundo...» a sua rede de laços fortes e fracos tem-lhe permitido aceder a recursos que de outro modo dificilmente obteria.

Começemos por um dos bens essenciais à estruturação da vida quotidiana do ser humano: a habitação. Quando, cerca dos 22 anos, Catarina recebeu uma acção de despejo e se separou do pai do seu primeiro filho, foi procurar habitação junto do seu padrasto, pois diz que a mãe não a iria acolher. Até hoje habita com o padrasto e os seus dois filhos. Devido à duração do relacionamento, ao tempo dispendido junto a este e ao apoio no dia-a-dia, o laço com este nó, o padrasto, pode ser considerado forte e activo. No entanto, a relação com este é desde sempre marcada por sentimentos de ódio e raiva e episódios de agressões físicas e verbais. Por tudo isto, e pela ênfase na diferenciação e pertença a entidades diferentes, pode considerar-se este como um laço negativo.

No presente Catarina não refere muitos mais apoios com os quais possa contar, menciona, no entanto, um tio do Duarte, do lado paterno, que eventualmente lhe poderá dar algum apoio financeiro. Podemos classificá-lo como um laço fraco na medida em que Catarina diz «...não tenho assim uma relação muito próxima dele», positivo e passivo, uma vez que este não é de todo regular mas com o qual Catarina julga poder contar.

Ao longo da sua vida refere dois outros episódios em que a rede de suporte informal foi fundamental, são eles o momento da sua desintoxicação e o ano após uma

intervenção cirúrgica a que foi sujeita. No primeiro momento foi apoiada por um casal que era vizinho «*Era um professor do João e gostavam muito dele. Teve sempre sempre lá. Lá não, vivia comigo, por ex. mas na escola, para ele não faltar à escola eles levam à escola, eles pagaram ATL eles pagaram ginástica...*». No segundo episódio, mais recente, contou com o apoio da professora do Duarte quando após ter sido submetida a uma cirurgia a um pé se encontrou, durante quase um ano, impossibilitada de o levar à escola, sendo então a professora que o levava. Em ambos os casos, pela durabilidade da relação e pela presença no apoio quotidiano, podemos referir que se tratam de laços fracos, positivos e activos.

A rede social de Catarina é de dimensão muito reduzida, sendo que a própria evoca este facto no que respeita às dificuldades em arranjar trabalho pois não tem ninguém que acompanhe o filho à escola nem que o vá buscar. Conta que recentemente se encontrava a fazer o 9º ano ao abrigo do programa Novas Oportunidades, mas devido à degradação do seu relacionamento com o filho mais velho e da recusa deste em ficar a tomar conta do irmão mais novo, teve que abandonar o curso.

4.1 – Daniela, e a casa cheia

Daniela tem 31 anos, nasceu e mora em Lisboa. Vivia numa barraca que foi demolida e foi então realojada no Bairro da Flamenga em Chelas. Conta que os seus pais são os dois do Norte, no entanto, não sabe precisar de onde. Estes separaram-se e Daniela foi criada pela mãe e pela avó no entanto diz «*... fui criada só pela minha avó, a minha mãe ia dormir e ao dia seguinte ia-se embora trabalhar...*», dando conta de um mau relacionamento com a mãe. Pertence a uma fratria de 8 filho(a)s tendo um irmão dos mesmos pais e mais três do lado do pai e três do lado da mãe. Reside em casa da mãe com quatro destes irmãos, sendo o relacionamento com estes, com excepção da irmã mais nova, conflituoso, ao ponto de por vezes ser necessária intervenção da polícia. No total residem na casa da sua mãe 12 pessoas.

Daniela tem duas filhas, a Joana com 11 anos e a Sofia com 7. Foi mãe pela primeira vez com 20 anos, sendo que o relacionamento com o pai das suas filhas durava há 4 anos. Nenhum dos nascimentos foi planeado, referindo ainda que o relacionamento não era bom «*Pensei que ele ia mudar e se calhar ter um bebé, mas não, foi muito*

complicado. Ter o bebé foi muito difícil depois, porque ele acabou por se vingar em mim...». Revela que a Sofia nasceu com uma deficiência visual e que se descobriu mais tarde ter uma perturbação do espectro do autismo. Daniela diz que o seu parceiro rejeitava esta filha «... aliás ele rejeitava a Sofia rejeitava muito a Sofia, dizia que não era filha dele...». Este saiu de casa quando a filha mais nova tinha 2 anos.

Quando o seu parceiro saiu de casa, o irmão deste e a sua mulher foram viver com ela, tendo ficado a renda a cargo destes, pois Daniela não auferia um rendimento que lhe permitisse pagar aquela renda, mas contribuía para as contas da casa (água, luz, gás). Diz que o relacionamento com estes sempre foi, de um modo geral, bom. Refere, no entanto, que por falta de pagamento da renda foram despejados desta casa, tendo então Daniela e as filhas ido viver para casa da sua mãe, onde habitam há aproximadamente 7 meses. Descreve este período como «...um pesadelo...».

Devido aos problemas de saúde de Sofia, sempre teve que recorrer com muita frequência aos serviços de saúde (SNS e SCML), nomeadamente, a muitas consultas de urgência. Nestes episódios conta que teve sempre que levar a Joana consigo, pois não tinha onde a deixar, nem mesmo enquanto residia com o seu parceiro, pois este nunca lhe deu apoio. Actualmente este paga-lhe os abonos e vê as filhas ocasionalmente.

Ambas as filhas estão na escola estando a Joana na 3ª classe, tendo chumbado dois anos, algo que justifica dizendo ter sido por falta de atenção, pois desconcentra-se muito, e ainda «... estes problemas da Sofia, também a prejudicou muito, a Joana sofreu muito sabe, era noites nos hospitais, nos transportes é assim eu não a podia deixar sozinha em casa tinha que a levar, onde eu fosse ela tinha que ir...». A Sofia está na 1ª classe frequentando o ensino especial, para o qual está referenciada apenas pela deficiência visual sendo que para o autismo não tem de momento qualquer acompanhamento na escola. Frequenta terapia da fala e aulas de ginástica. Quanto às habilitações da Daniela ficam-se pela 4ª classe. Esta diz não ter prosseguido os estudos devido à falta de apoio da mãe «...ela nunca nos ajudou, a minha avó não sabia ler e ela ia trabalhar e não queria saber de nós, o meu irmão nem a 2ª classe terminou...».

Entrou no mercado de trabalho aos 16 anos trabalhando num supermercado em Chelas. Diz ter tido pouco empregos «...onde eu estou ou fico muito ou quando me venho embora é por algum motivo que não me sinto bem.» e refere ter estado desempregada cerca de dois anos devido ao nascimento da sua filha mais nova e a um

período de depressão pós-parto. Acrescenta ainda que devido às suas baixas habilitações literárias não pôde continuar a exercer a sua função de cantoneira de limpeza na Câmara Municipal de Lisboa, deste modo encontra-se de licença sem-vencimento para terminar o 6º ano através do programa Novas Oportunidades, que entretanto abandonou. Actualmente trabalha como empregada de limpeza numa empresa e trabalha numa casa particular, sendo esta actividade incerta em termos de horário e de rendimento.

4.2 – Nascer na precariedade

Tendo nascido numa família pobre, Daniela desde cedo conheceu a precariedade tendo a sua primeira habitação sido uma barraca. Após a demolição desta mudou-se com a família para um bairro social de habitações da Câmara, pagando uma renda social. Actualmente reside nesta casa com as filhas, mãe e padrasto e irmã(o)s. Por este motivo concorreu a uma habitação social da Gébalis, no entanto, a resposta ao seu pedido foi negativa. Pode afirmar-se que a sua dependência face ao apoio social existe desde sempre.

Devido aos problemas de saúde da sua filha mais nova, foi apoiada com medicamentos durante algum tempo pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no entanto, já não usufrui deste benefício. Foi informada de que só crianças referenciadas é que podem usufruir deste benefício, tendo sido aconselhada pela assistente social a pedir o RSI. Após o nascimento desta e saída da maternidade, recebeu apoio domiciliário, não especificando por parte de que instituição, *«Quando ela saiu comigo (da MAC) disseram que eu ia ter apoio domiciliário em casa, apoio psicológico, prontos tive apoio também das técnicas que apoiam a maternidade em termos de fraldas, produtos de higiene, roupas, elas iam lá a casa brincavam com a Sofia um bocadinho, deram-me esse apoio deram-me todo...»*.

Recebe um valor mensal de 200 euros, pago pelo pai das suas filhas, relativo a abonos, a este valor junta o seu baixo rendimento de 298 euros e estes são os seus rendimentos mensais *«...498 é o meu base de casa (...) às vezes vou fazer um extra se eu puder ir fazer ao domingo ou sábado duas horas, abdicó dessas duas horas com as minhas filhas e vou fazer, às vezes só para receber 16 euros que é o que vou receber.»*. Na casa onde vive, Daniela é a única que trabalha estando resto da família a beneficiar

de RSI «...sou a única que está a trabalhar, o meu padrasto está reformado por invalidez e recebem a inserção social ou o rendimento mínimo e os abonos também...».

A Daniela conta ainda com o apoio da AMI instituição da qual recebe géneros alimentares e quando necessita, vestuário também «...vou poupando nessa parte e vou dando a elas outras coisas que às vezes até, é desnecessariamente...». Também recorre a esta instituição para consultas de psicologia para a filha mais velha.

Podemos situar Daniela no tipo assistência instalada, especialmente devido à interiorização e identificação que revela do estatuto de assistida. No entanto, por um lado, a sua principal fonte de rendimentos é o trabalho e esteve afastada do mercado laboral por pouco tempo, sendo possível identificar uma forte motivação para o emprego, sendo este encarado como a única solução aceitável, o que a distingue claramente daqueles que vivenciam o tipo de experiência de assistência instalada. Por outro lado, as suas baixas habilitações literárias impedem-na de arranjar um emprego que lhe permita uma saída desta posição de precariedade e dependência face a apoios sociais.

4.3 – Uma rede com poucos nós

A rede social de Daniela é de reduzida dimensão, no entanto, permite-lhe suprimir algumas necessidades a que o sistema de apoios sociais não dá resposta. Temos o exemplo da habitação a que Daniela se candidatou mas não teve aprovação, sendo este problema resolvido através do recurso à sua mãe, apesar do mau relacionamento com esta. À semelhança de Catarina, o problema de habitação é solucionado pelo recurso a um laço forte e negativo. Apesar da demarcação identitária que fazem relativamente às figuras, a sua presença quotidiana classifica-as como laços activos.

Quando na entrevista foi questionada acerca dos apoios que teve, da parte de familiares e amigos, após o nascimento de Sofia e quando se encontrava em período mais depressivo, responde entre lágrimas, «Não... não, amigos não tive...» enfatizando assim a sua falta de rede de suporte. Em relação ao pai das suas filhas diz nunca ter podido contar com o seu apoio «...nunca apoiou nunca quis saber...», excepto o apoio financeiro que este lhe dá «...dá-me só os abonos e as deficiências da Sofia não me dá

mais nada que ele conseguiu dizer em Tribunal que tinha muitas despesas que ganhava pouco e que também tinha um problema de saúde...».

Indica como único apoio uns tios que residem perto de si, a tia deu-lhe apoio emocional quando descobriu os vários problemas de saúde de Sofia, dando-lhe também, ocasionalmente, algum apoio financeiro e géneros alimentares «...eles por exemplo, agora têm um terreno, mas quando não tinham, na terra batatas, cebolas, tudo o que fosse à base de legumes eles traziam e iam-me sempre lá levar a casa, depois claro se eu precisasse de dinheiro a minha tia também me emprestou umas tantas vezes e, muitas vezes até acabava por mo dar... muitas vezes ficava com a Joana ao fim-de-semana ou à tarde, prontos eu também não podia estar sempre a sobrecarregá-los...». Podemos classificar este laço como forte, positivo e activo, devido à durabilidade, intensidade e frequência da relação.

Refere também como importante o apoio que teve do irmão do seu parceiro, após este sair de casa, os cunhados foram viver para a casa que Daniela habitava e permitiram-lhe permanecer lá, uma vez que esta não tinha capacidade financeira para se manter na casa. Após o despejo, e conseqüentemente Daniela ter regressado a casa da mãe, o seu cunhado tem continuado a apoiá-la, nomeadamente em ir buscar e levar as filhas à escola enquanto Daniela vai trabalhar «De manhã eu saio de casa por volta das 7h30 8h00 e tenho o meu cunhado que as leva à escola, ele é que mas leva à escola, leva e vai buscar. Buscar eu só consigo ir buscar um a das 17h30, das 15h15 eu não consigo que é a Sofia...». Novamente estamos perante um laço forte, positivo e activo.

Por fim faz ainda referência a uma vizinha com a qual, ocasionalmente, troca vestuário e géneros alimentares «...tenho lá uma vizinha às vezes damos roupa uma à outra, ou ela pede tanto para mim, ou às vezes vamos ao café pagamos isto ou pagamos aquilo, ou quando a AMI me dá eu às vezes dou a ela também.». Daniela não aprofundou esta relação na entrevista, mas fica a percepção desta ser uma relação regular e dado residir naquele bairro há muito tempo podemos partir do princípio que esta já tem alguma durabilidade por este motivos podemos igualmente classificar este como um laço forte, positivo e activo.

Após olharmos para a rede de laços de Daniela, percebemos que esta é constituída, quase exclusivamente por laços fortes, que proporcionam a satisfação de algumas necessidades económicas e sociais básicas. Por outro lado, o fraco

investimento em laços fracos mantém-na fechada no seu meio e sem acesso a outras realidades sociais diferentes da sua.

5.1 – Elisa, Fugir para viver

Elisa nasceu em Lisboa e tem 22 anos. Viveu até aos 6 anos de idade no bairro de Madredeus tendo posteriormente mudado para um bairro de habitação social em Chelas onde vive com a filha, com os pais e com o avô. O pai é natural de Pampilhosa da Serra e a mãe nasceu em Lisboa. Ambos têm habilitações literárias baixas, o pai tem a 4ª classe e a mãe o 9º ano, encontrando-se a tirar o 12º através do programa Novas Oportunidades. Diz ter uma família grande, no entanto, diz não conhecer grande parte desta referindo alguns conflitos recentes ligados a heranças. Para além dos pais, com quem reside, diz ter um bom e regular relacionamento com o irmão, que é mais velho e vive com a mulher e os seus filhos também em Lisboa.

É mãe de uma filha com um ano e meio, fruto de um relacionamento com aproximadamente três anos. Ambos desejavam ter filhos mas não tinham planeado a altura, no entanto diz «...*tínhamos mais ou menos a nossa vida organizada, tínhamos a nossa casa, tínhamos o carro, ele na altura tinha trabalho, eu trabalho também tinha, porque não? Foi logo a pergunta que fizemos...*». Por outro lado, revela que o relacionamento era mau, com episódios de violência frequentes «...*eu passei um mau bocado com o pai da minha filha, eu fui vítima de violência doméstica (...)*» conta que durante a gravidez, e após terem descoberto que a criança seria uma menina, os episódios de violência agravaram-se. Conta que teve que fugir «...*só aos 7 meses é que consegui fugir dele (...)* aos 6 meses fugi para Aveiro, só que ele foi lá dar, não sei como ele foi lá bater à porta e eu voltei com ele e as coisas melhoraram bastante, só que aos 7/8 meses voltei a fugir mas desta vez para casa dos meus pais...» onde vive actualmente. Acrescenta que este não quer saber da filha, viu-a duas ou três vezes, no nascimento e na conferência de pais convocada pela protecção de menores. Ainda em relação aos episódios de violência conta ter apresentado 27 queixas na polícia, não tendo havido quaisquer consequências. Desta experiência resulta a fraca confiança de Elisa no sistema de justiça.

Elisa tem o 9º ano de escolaridade, tendo reprovado no 8º ano «...*não queria saber muito da escola nessa altura...*». Abandonou os estudos com 19 anos quando frequentava o 11º ano de um curso profissional. Tem como plano futuro, após completar 23 anos de idade, entrar para a Universidade.

Entrou no mercado de trabalho aos 16 anos, enquanto ainda estudava, trabalhando em part-time num restaurante de fast-food. Desde então teve diversos trabalhos como operadora de loja, empregada de café. Esteve desempregada por um curto período, durante o qual só pode contar com o apoio dos pais. Conta que após o nascimento da filha teve muitas dificuldades em conseguir emprego «...*perguntavam se tinha filhos e cortavam logo quando falava na Eliana...*». Actualmente trabalha num hipermercado tendo começado este trabalho há uma semana (à data da entrevista). Uma vez que tem um horário tarde/noite a filha fica na creche de manhã e é a mãe que a vai buscar e depois fica com ela até Elisa chegar a casa.

De todas as entrevistadas, a Elisa é a única que refere ter computador e acesso à internet. Utiliza estes meios na procura de emprego e para relacionamento em redes sociais que considera, de certa forma, perigosas. No entanto, diz ter participado num grupo online de pessoas que combinavam encontros e jantares, e que tinha como finalidade convívio e conhecer novas pessoas.

5.2 – “Agora já não me ajudam”

Elisa reside num bairro de habitação social com a família, a renda é calculada com base nos rendimentos do agregado. Elisa recebe um abono de família no valor de 52 euros e para além deste, é apoiada pela Segurança Social no pagamento da creche que a filha frequenta. Tentou colocar a filha numa creche da Santa Casa da Misericórdia mas não conseguiu vaga, diz em tom de revolta «...*a Santa Casa prefere dar as vagas a mães que estão em casa sem fazer nada em vez de dar àquelas que querem ir trabalhar, como é o meu caso, isso é que é a minha revolta, é que dói no coração...*». Assim, teve que inscrever a filha numa creche privada que a Segurança Social comparticipa, pagando, ainda assim, cerca de 100 euros de mensalidade «...*não são os 200 ou 300 euros que eu teria que pagar, mas para mim é muito...*».

Até ter começado no seu novo emprego (na semana anterior à entrevista) recebia da AMI, no Centro Porta Amiga de Chelas, apoio em géneros alimentares, no entanto, perdeu o direito a esse apoio «*À AMI recorria antes de começar a trabalhar. Comecei a trabalhar já perdi as coisas.*». Este foi um apoio temporário que se verifica normalmente no tipo de experiência da fragilidade negociada, que é experimentada por jovens que, embora possam ter algum tipo de sentimentos de inferioridade social, relativo à sua necessidade de recurso à assistência social, consideram esta fase como temporária, mantendo a sua energia direccionada para a procura de emprego. Tal motivação para o emprego fez com que conseguisse entrar no mercado laboral, sendo que hoje tem um rendimento de 515 euros resultante do trabalho «*...vivo do meu ordenado, vou começar a viver dele porque os meus pais ainda me estão a ajudar...*».

Elisa tem um perfil de assistida que não se encaixa completamente numa das categorias e experiências de assistência anteriormente descritas. Se, por um lado, beneficia de uma habitação social, da qual não é a beneficiária directa uma vez que o contrato está em nome do avô, o que dá conta de uma forte dependência de apoios sociais, característica da categoria de assistida, por outro lado, após ter recorrido a apoios sociais de uma forma temporária, enquanto se encontrava em situação de maior fragilidade, conseguiu encontrar um lugar no mercado de trabalho. Contudo, a sua situação é precária, sendo a condição de frágil a que melhor se adequa.

5.3 – “Pais para tudo!”

Ao longo da entrevista, e quando questionada acerca das pessoas mais importantes na sua vida, aquelas com as quais sabe que pode contar, responde invariavelmente «*...os meus pais. Pais para tudo...*». De facto os pais têm sido para si um suporte muito importante, Elisa vive com estes, a mãe vai buscar a Eliana à creche e enquanto ela está a trabalhar, no período em que se encontrava desempregada os pais é que a apoiaram financeiramente «*Estive desempregada desde Dezembro e eles (pais) é que tiveram que me sustentar e à minha filha também...*». Estas são características dos laços fortes, positivos e activos, tendo aqui um papel fundamental para a sobrevivência, no sentido em que proporcionam o acesso aos bens mais básicos como a habitação e alimentação, mas também, do ponto de vista da inclusão no mercado de trabalho, permitem-lhe que possa trabalhar sem se preocupar onde deixar a Eliana. Refere

também um bom relacionamento com o irmão e cunhada, dizendo que também pode contar com estes para o que for necessário, tendo com eles um convívio frequente «...*quartas e domingos jantares familiares...*».

Da sua rede fazem ainda parte alguns amigos. Conta que quando fugiu pela primeira vez do seu namorado, foi para casa de uma amiga em Aveiro. Acrescenta que após o nascimento da sua filha, pôde contar com o apoio de algumas amigas que já haviam sido mães e deram-lhe roupas para a filha, diz que na altura tinha recorrido a uma instituição do terceiro sector que lhe negou ajuda, tendo sido a sua rede informal que lhe deu suporte. Também estas amizades, podemos classificar como laços fortes, positivos e activos.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho construiu uma reflexão acerca de uma situação pouco estudada: o caso das mulheres assistidas em situação de monoparentalidade. É possível encontrar diversos estudos sobre famílias monoparentais, mas trata-se, na maioria, de caracterizações estatísticas que obscurecem a dimensão das vivências subjectivas. Assim, podemos perceber que as famílias monoparentais são constituídas sobretudo por mulheres sós com filho(s) e que são estas famílias que, em Portugal, se encontram mais vulneráveis à pobreza e exclusão social. Perante estes dados, pretendeu-se realizar um trabalho que permitisse reconstruir as trajectórias destas mulheres e olhar a realidade do seu dia-a-dia, as suas práticas e representações. Para tal, recorreu-se a entrevistas em profundidade com cinco mulheres que nos disponibilizaram o seu tempo, experiências e histórias de vida.

Apesar do carácter único de cada história e da subjectividade inerente a cada uma das trajectórias traçadas, os percursos trilhados têm muitos pontos em comum. As situações identificadas como pré-requisitos para o estudo – monoparentalidade e assistência – criam condições estruturais que condicionam a vida destas mulheres. Diferença e semelhança cruzam-se nas histórias de vida acima contadas.

Como foi focado várias vezes ao longo do trabalho quando se fala de famílias monoparentais não se fala de um grupo homogéneo, tendo tal ficado confirmado nas histórias de vida das mulheres que entrevistámos. Todas elas referiram que os nascimentos das crianças não haviam sido planeados, tendo a situação de monoparentalidade resultado de uma separação/divórcio do parceiro, ou de uma situação em que a conjugalidade nunca chegou a existir. Também a situação perante a assistência com que nos deparámos nas entrevistas vai de encontro à diversidade de categorias e tipos de experiências identificadas por Paugam (1991) a fragilidade interiorizada, a fragilidade negociada, a assistência diferida, a assistência instalada, a assistência reivindicada, a marginalidade conjurada e a marginalidade organizada. Foi possível constatar que todas as entrevistadas dependiam de algum modo dos apoios sociais, mantendo com estes serviços uma relação do tipo contratual, típica da categoria dos assistidos. Foi possível perceber ainda, uma habituação à presença regular destes serviços, bem como um conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos apoios sociais, pelo que houve já uma aprendizagem e uma identificação com um estatuto onde

a assistência se encontra instalada. Não sendo nem estas categorias, nem o tipo de experiência, estanques, identificámos duas situações que apesar de apresentarem de algum modo as características acima descritas, têm algo de diferente. A Elisa, que pela sua motivação para o emprego e pelo uso pragmático e temporário que fez de um serviço social, apresenta também características da experiência da fragilidade negociada. A Catarina, a quem foi cortado o RSI, significando este corte, de um ponto de vista simbólico, um corte com a situação de assistida e uma entrada na experiência da marginalidade conjurada.

Em termos de rendimentos provenientes de apoios sociais, todas as mulheres, à excepção de Beatriz, recebem os abonos de família. Ana e Beatriz recebem ainda o RSI. Tendo por base os rendimentos baseados em apoios sociais, poderíamos referir, para Ana e Beatriz uma relação do tipo contratual com os serviços sociais. Por outro lado, esta relação contratual verifica-se nos casos de Daniela e Elisa pela situação habitacional, visto que ambas residem em bairros de habitação social. Embora nenhuma seja titular do contrato de habitação, ambas usufruem directamente deste apoio. No caso de Catarina, o RSI, aquando da entrevista, havia sido suspenso, pelo que podemos dizer que o seu contrato com os apoios sociais foi cortado. No entanto, a sua necessidade destes mantém-se. Em todos os casos, de uma ou de outra forma, podemos dizer que existe uma forte dependência dos apoios sociais, tipicamente verificada na categoria de assistidos/as.

No entanto, como acima sublinhado, se, por um lado, numa análise transversal, enquadrámos todas as entrevistadas na categoria das assistidas, por outro, não sendo estas categorias estanques sublinhamos duas situações que se situam no limiar e revelam a fluidez das tipologias: no caso de Elisa, apesar da comparticipação que recebe da Segurança Social, de residir num bairro de habitação social e receber o abono de família, trabalha e diz viver do seu salário (de referir que este era recente aquando da entrevista). Tendo recebido outros apoios, conta que era apoiada com géneros alimentares pela AMI, estes apoios cessaram quando se integrou no mercado de trabalho, pelo que foi uma situação temporária. Assim, Elisa oscila entre a categoria das assistidas e das frágeis. O outro exemplo é o de Catarina, que após ter sido beneficiária da prestação social RSI, deixou involuntariamente de a receber, podendo este corte simbolizar uma mobilidade descendente, passando o seu estatuto para o grupo dos marginais e experienciando uma situação de agravamento da precariedade.

Uma análise das variáveis de caracterização socio-demográficas destas mulheres permite-nos avaliar as suas condições estruturais de existência e o modo como se constroem as suas trajectórias, opções e expectativas. De um modo geral, as habilitações literárias destas mulheres são baixas. Exceptuando Ana que tem o 12º ano, as outras têm como habilitações literárias o 9º ano ou inferiores, sendo que no caso de Beatriz obteve o 7º ano apenas recentemente. Esta característica dá conta da exclusão de um sistema social básico, o da educação, revelando, também, a reprodução geracional da desigualdade, dado que as famílias de origem destas mulheres tinham, também, baixas ou nenhuma habilitações escolares. Este *handicap* é um obstáculo à integração no mercado de trabalho, ficando limitadas a empregos precários, desqualificados e mal remunerados.

Relativamente à entrada no mercado de trabalho, todas realizaram uma inserção precoce – tiveram o seu primeiro emprego cerca dos 16/17 anos. Os relatos destas mulheres revelam os fortes constrangimentos que a maternidade implica para a inserção laboral. Todas referiram enormes dificuldades em encontrar um trabalho, após a maternidade. Pela parte da entidade empregadora referem ter ouvido uma resposta uníssona: “Tem filhos? Ahhh...” indicando que a contratação para determinado trabalho afinal não seria possível. Esta é uma experiência que foi relatada por todas as entrevistadas. Outra das dificuldades que referiram no acesso a um emprego, foi a necessidade de este ter que ser compatível com os horários das crianças. Ou seja, durante o período em que a mãe vai trabalhar a criança tem que ficar entregue aos cuidados de outrem podendo, este outrem ser uma creche ou escola, ou alguém que faça parte da rede e tenha esta disponibilidade. À falta de estruturas sociais para a infância, como se verifica em Portugal, estas mães vêem o seu acesso ao mercado de trabalho dependente da disponibilidade de terceiros. No caso das nossas entrevistadas, Beatriz, Daniela e Elisa trabalham. Beatriz trabalha em part-time e tem os seus horários coordenados com os do seu filho. Refere ter tido muitas dificuldades em colocar a criança numa creche da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa porque estas se encontravam sempre lotadas. Actualmente o filho frequenta uma escola pública. Quando tem oportunidade de fazer um trabalho extra tem que recorrer a uma amiga para que fique com ele. No caso de Daniela as duas filhas frequentam escolas diferentes, tendo também horários diferentes. Trabalhando o dia inteiro, Daniela não tem tempo para levar e buscar as filhas à escola, no entanto, pode contar com a ajuda do cunhado

que as leva e vai buscar. Também no caso de Elisa é a mãe que vai buscar a criança ao infantário, pois esta tem o turno tarde/noite no seu trabalho. Tal como Beatriz, Elisa também não conseguiu colocar a filha numa creche da Santa Casa tendo que recorrer a uma creche privada com a comparticipação da Segurança Social. Vemos por estes exemplos, tal como mencionámos no primeiro ponto deste trabalho, que os cuidados se repartem entre a esfera formal e informal, no entanto, se não existir uma rede de suporte disponível estes ficam comprometidos. Por outro lado, fica comprometida, também, a participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente a geração de rendimento e o acesso a outros recursos.

As duas outras mulheres encontram-se à margem do mercado de trabalho. Ana abandonou o emprego que tinha, após o nascimento do filho mais novo, não trabalhando há 6 anos, dado que na altura vivia com o parceiro e decidira ficar em casa a cuidar do filho. Actualmente, vivendo sozinha com o filho e tendo a renda paga pelo ex-parceiro, Ana pretende tornar-se trabalhadora por conta própria fazendo e vendendo peças de artesanato de sua autoria. Esta actividade, que pratica à margem do mercado formal, não lhe dá, no entanto, nem um rendimento fixo nem independência financeira. Quando questionada exprime uma série de racionalizações para se manter fora do mercado formal de trabalho, característica do tipo de experiência da assistência instalada.

Por seu lado, Catarina tem o filho mais novo na escola e, como não tem capacidade económica para o colocar num ATL, não consegue encontrar um emprego compatível com os horários do filho, sendo ela quem o leva e vai buscar à escola. A reduzida dimensão da sua rede de suporte parece ser um factor condicionante para o seu ingresso no mercado de trabalho. No caso de Catarina, o seu desejo, sublinhado tantas vezes ao longo da entrevista, por um emprego assemelha-se a um grito desesperado para sair da situação marginal em que se encontra, e por um estatuto que lhe garanta um rendimento ao final do mês.

Os relatos e o confronto entre as histórias permitem constatar a importância dos cuidados das crianças para as oportunidades configuradas no mercado de trabalho e para a estruturação do quotidiano das mães sós, mostrando, claramente a importância da existência de uma rede social de apoio que lhes facilite a conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares.

Outra área onde ficou claro o papel das redes sociais foi a da habitação. Beatriz é a única que não depende da sua rede social para assegurar um tecto e apenas Ana reside numa casa alugada por si. No entanto, a renda está a cargo do seu ex-parceiro, deste modo, se este deixar de pagar a renda, Ana não teria capacidade financeira para assegurar este custo. Elisa reside em casa dos pais, num bairro social. Após ter saído de casa para viver com o namorado, pai da sua filha, devido a repetidos episódios de maus tratos viu-se obrigada a regressar a casa dos pais, ainda grávida. Observamos aqui a importância da rede de suporte no acesso à habitação, sendo estes laços, no caso de Ana e Elisa fortes, pela antiguidade e intimidade das relações em causa, positivos e activos pela regularidade da interacção.

Em comparação com os anteriores, podemos observar algumas diferenças relativamente à situação de Catarina e Daniela. Ambas residem numa situação de sobrelotação (na casa onde Daniela mora residem 12 pessoas no total) dando conta de uma profunda precariedade habitacional. Ambas se encontram confinadas ao espaço de um quarto, que partilham com os filhos/as. Utilizando um conceito mais abrangente, poderíamos classificar estas situações como de sem-abrigo. No passado, ambas sofreram acções de despejo e acabaram a bater à porta de quem não queriam. Enquanto Daniela regressou a casa da mãe, com a qual não tem um bom relacionamento, Catarina por falta de outras alternativas, procurou abrigo em casa do padrasto com o qual sempre teve e mantém um mau relacionamento pautado por agressões físicas e verbais, tanto antes como agora. Em ambos os casos o acesso à habitação é feito através do recurso a laços fortes, no entanto, ao contrário dos exemplos anteriores, embora sendo laços activos pela sua presença quotidiana, estes são laços negativos, pela demarcação identitária em relação a estas figuras.

A nível de apoio financeiro estas mulheres também dependem da sua rede de proximidade. As cinco entrevistadas têm alguém, na sua rede de íntimos, a quem recorrem para obter ajuda financeira. São normalmente familiares, mas também acontece serem amigos a prover este recurso. Alguns ex-parceiros surgem também como suporte financeiro. No caso de Ana é o ex-parceiro que paga a renda da casa. Também os ex-parceiros de Catarina e Daniela contribuem financeiramente, tendo este apoio sido conseguido por acordo em Tribunal. No entanto, no caso de Catarina este apoio é totalmente imprevisível e irregular.

Avançou-se no primeiro ponto deste trabalho, que Portugal, a par com Itália, é o país, entre os analisados no projecto SOCCARE (2003), em que o ex-parceiro tem uma menor participação nos cuidados com as crianças. As experiências destas cinco mulheres coincidem com a realidade descrita por este e outros estudos. Das entrevistadas só Ana, Catarina e Daniela revelam que o ex-parceiro tem algum contacto com os filhos e lhes dá algum tipo de apoio. Para Beatriz e Elisa a história é diferente, não existindo nenhum contacto entre o pai e os filhos nem nenhum tipo de apoio por parte deste.

O acesso a recursos de primeira necessidade, como sejam a alimentação e o vestuário, está, de um modo geral, coberto pelas redes formais e informais. Todas as entrevistadas recebem, ou já receberam, géneros alimentares da AMI e, ocasionalmente, vestuário. No entanto, estes são bens que também obtém dos familiares, dos amigos ou vizinhos.

Da análise destas entrevistas constatamos que estas mulheres têm redes de dimensão reduzida, sendo que os laços mais presentes nos seus trajectos são os laços fortes, indo de encontro à tese de Granovetter de que as pessoas pobres tendem a fazer um maior investimento neste tipo de laços, pois estes são de mais fácil acesso e encontram-se mais disponíveis. Outra razão para este investimento prende-se com necessidades económicas e sociais básicas imediatas que estes visam satisfazer. Como temos vindo a apresentar, os laços fortes destas mulheres têm-lhes garantido o acesso à habitação, ao apoio financeiro, aos cuidados com as crianças, e até a bens de primeira necessidade. Granovetter defende que o investimento, praticamente exclusivo neste tipo de laços, pela fragmentação que provoca nos grupos mais pobres, pela própria pobreza em termos de diversidade que estas redes representam, é um factor de persistência da pobreza e agravante de situações de exclusão social.

Por seu lado, o investimento em laços fracos permite estabelecer pontes entre a diversidade social, cultural e económica, possibilitando alcançar outras realidades sociais. Identificámos poucos exemplos nestes trajectos de laços fracos, mas, ainda assim, sublinhamos a sua importância no acesso ao mercado de trabalho, identificada nos casos de Ana e de Beatriz.

Ao longo desta exposição temos vindo a responder à questão de partida, “qual será o papel das redes sociais nos trajectos de mulheres assistidas em situação de

monoparentalidade?”. Destacam-se dois pontos essenciais: por um lado, as redes sociais não permitem acabar com a dependência de apoios sociais, nem com a condição de pobreza destas mulheres. Como vimos, em parte devido a um encapsulamento em redes de proximidade que não permitem aceder a diferentes realidades, a novos mundos de informação e de oportunidades. Por outro lado, as redes revelam-se determinantes para a menorização das condições de vida precárias, da privação e da exclusão de vários sistemas sociais básicos como sejam o mercado de trabalho e o sistema educativo, sendo que quem tem redes mais frágeis se encontra mais desprotegida. Assim, o papel das redes sociais revela-se de uma importância fulcral para estas mães sós, que estariam mais sós e desprotegidas na ausência destas redes.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, R. R. (Coord.) (2003) *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal – Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, (O.I.T.) B.I.T. – Programa STEP, Genève

Capucha, L. (1998) “Pobreza, exclusão social e marginalidades”. Em Viegas, J.M.L. & da Costa, A.F. (org.) *Portugal que modernidade?* Oeiras, Celta Editora

Capucha, L. (2000) “Exclusão profissional, exclusão social e cidadania”. Em Viegas, J. & Dias, E. (org.) *Cidadania, integração, globalização*. Lisboa: Celta Editora

Capucha, L. *et al* (2002). “Vulnerabilidade à exclusão social”. In DEPP/MTS (org.) *Portugal 1995-2000: perspectivas da evolução social*. Oeiras, Celta Editora

Costa, A.B. (1998) *Exclusões sociais*. in *Cadernos Democráticos*, nº2, Coleção Fundação Mário Soares (6ª Ed. 2007). Lisboa: Gradiva

Costa, A.B. da (coord.) (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva

Esping-Andersen, G. (1999). *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford. Oxford University Press

Granovetter, M. (1973).”The strength of weak ties”. Em *American Journal of Sociology* (1973) Vol.78 pp. 1360-1380. Chicago: University of Chicago Press

Granovetter, M. (1983) “The strength of weak ties: a network theory revisited”. Em *Sociological theory* (1983) Vol.I pp. 201-233 (em linha http://www.si.umich.edu/~rfrost/courses/SI110/readings/In_Out_and_Beyond/Granovetter.pdf)

Henriques, J.M. (2006) *Global restructuring and local anti-poverty action: learning from European experimental programs*, dissertação de Doutoramento em Economia, Lisboa, ISCTE (em linha http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jos%c3%a9%20Manuel%20Henriques.pdf)

Hespanha, P. (2001), “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social”. Em Boaventura de Sousa Santos (org.) *Globalização. Fatalidade ou utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 163-196

INE, (2009). *Rendimento e condições de vida 2008*. In “Destaque – Informação à comunicação social – 15 de Julho de 2009. (em linha http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdestbou=72009200&DESTAQUESmodo=2)

Martins, A. (2007) *As sem-abrigo de Lisboa*. Tese de mestrado em Estudos Sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta (em linha http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1258/1/disserta%c3%a7%c3%a3o_Ana%20Martins.pdf)

Paugam, S. (1991) *A desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Edição portuguesa (2003). Porto: Porto Editora Lda.

Portugal, S. (2006) *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*, dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, FEUC

Portugal, S. (2008) Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Oficina do CES, nº 271

Santos, B.S. (1993) “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português”. Em Boaventura de Sousa Santos (org.) *Portugal, um retrato singular* Porto, Afrontamento, pp. 17-56

SOCCARE Project (2003) *New kinds of families, new kinds of social care*. University of Tempere (Coord.) Teppo Kroger (Ed.).Brussels: European Commission

Wall, K. (2003) “Famílias monoparentais”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº43 (em linha <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n43/n43a04.pdf>)

VI – ANEXO I

Guião de Entrevista

Mestrado: Desenvolvimento, diversidades locais e desafios mundiais (ISCTE)

Aluno: Ricardo Ferreira

Orientação: Professora Dr^a. Sílvia Portugal

Tese de Mestrado: O papel das redes sociais nos trajectos de vida de mulheres assistidas, em situação de monoparentalidade

Objecto de estudo: Mulheres assistidas, em situação de monoparentalidade

Nome: _____ **Código:** _____

Caracterização:

Idade: _____ **Data de Nascimento:** _____ **Estado Civil:** _____

Nº Filho(a)s _____ **Nº de Filhos Dependentes:** _____

Grau de Instrução (máx. completo): _____

Formação Profissional: _____

Profissão/Ocupação: _____ **Sit. Perante o Trabalho:** _____

História de Vida:

Percurso geográfico:

- Onde nasceu?
- Já morou noutros sítios?
- Porque decidiu morar neste sítio? (quanto tempo?)
- Costuma dar-se com alguns(mas) vizinho(a)s?

Vida familiar:

- De onde são os seus pais?
- Qual o grau de instrução dos seus pais?
- O que fazem/faziam os seus pais?
- Moram perto de si? Agrada-lhe essa proximidade/distância?
- Com que frequência se contactam? De que forma?

- Tem irmãos(ãs)? Quantos? Idades? (localização na fratria, e mesmas questões em relação aos pais)
- Tem uma família grande? (avós, tios, primos, sobrinhos)
- Com quem se dá mais na sua família? Com quem tem mais problemas?
- Estas pessoas apoiaram-na após a ruptura da sua relação (se houve relação)? Que tipo de apoio lhe deram?

Percurso Escolar:

- Onde estudou?
- Como é que se descreve enquanto aluna?
- De que é que gostava mais? Menos?
- Porque é que deixou de estudar? Alguém a influenciou? O que pensa dessa decisão?
- Dá-se com alguém dos seus tempos de escola?

Percurso profissional:

- Com que idade teve o primeiro trabalho? Trabalhou sempre desde aí?
- Teve sempre o mesmo emprego? Quanto tempo mantém o mesmo emprego?
- De que forma costuma arranjar emprego? Já recorreu a algum amigo/conhecido?
- Já esteve/está desempregada? (Há) Quanto tempo?
- Como é que se sente nessa situação?

Percurso pré/pós maternidade:

- Com que idade teve o(a) primeiro(a) filho(a)? (no caso de ter mais)
- Sempre quis ter filho(a)s? Queria ter filho(a)s nessa altura?
- Tinha uma relação “estável” nessa altura? Há quanto tempo durava?
- Como é que se conheceram?
- Que idade é que ele tinha?
- Estavam ambos empregados?
- Ambos queriam ter filho(a)s? Fizeram planos antes de X nascer?
- Como é que descreve a relação?
- Que mudanças trouxe o(s) nascimento(s)?

- Melhorou ou piorou como nascimento de X?
- Quando é que se separaram? (se alguma vez chegaram a formar um par)
- Após a separação estabeleceram regras de visitas? O pai visita a criança?
- O pai dá algum tipo de apoio? (financeiro; educação; saúde) Com que regularidade?

Rede Primária:

- Quando pensa na sua vida, quem indicaria como as pessoas mais importantes para si? (ou seja, que têm um papel importante na sua vida, com quem pode contar)
- Que tipo de apoios/ajudas costumam trocar?
- Com que frequência se costumam contactar? Encontrar?

Relações Sociais na Comunidade e no Bairro:

- Conhecia alguém (família, amigos) na comunidade ou no bairro antes de lá chegar?
- E agora, conhece muita gente?
- Mantém relações de vizinhança? Com quem? O que é que fazem em conjunto?
- Com quem (ou de que grupo) se sente mais próxima?
- Algumas pessoas têm comportamentos que, no seu entender são pouco admissíveis ou pouco toleráveis? Porquê? Que tipo de relação tem com elas?
- Acontece participar ou organizar festas ou reuniões na comunidade? Como é que isto se passa?
- O(s) seus filhos têm amigos na comunidades? Quais são as actividades deles dentro e fora da comunidade?
- Faz as suas compras no bairro? Tem comerciantes habituais? Faz também compras noutros sítios?
- Costuma passear no bairro?
- Utiliza os equipamentos do bairro? Que actividades pratica? Com quem?
- Utiliza as associações o bairro? Quais? Porquê?

Acesso a Recursos:

Económicos:

- Tem algum salário proveniente de uma actividade? (no caso de estar empregada)
- Recebe algum tipo de subsídio? Qual/Quais?
- Acha que o dinheiro que recebe é suficiente para as necessidades básicas? (agregado)
- Como é que ficou a sua situação económica após ter ficado sozinha com uma criança a seu cargo?
- Tinha algum empréstimo para pagar? E agora?
- Tentou aceder a algum crédito bancário?
- Teve/tem mais dificuldades em arranjar emprego depois de ter sido mãe? Porquê?
- Costuma recorrer a alguém (familiar, amigo, vizinho) quando precisa de dinheiro? Quem?
- E quando precisa de um outro bem (alimentação, vestuário, medicamentos)?
- Beneficia dos serviços de assistente social? Como é que teve contacto com esses serviços? (Instituição?)
- Que apoios recebe dessa assistência social/instituição(s)? Com que frequência? Outros?
- Pensa que poderia viver sem estes apoios?
- Conhece mais pessoas que estejam numa situação semelhante à sua?
- De um modo geral as pessoas com que se relaciona, estão em situação semelhante à sua? (melhor/pior)

Habitação:

- Tem casa própria ou é alugada? Habitação social? Quantos quartos, tem a casa onde mora? (infra-estruturas básicas)
- Como é que acedeu à casa onde mora? (familiares, serviços sociais, outros)
- Já recorreu a alguém (familiar, vizinho, instituição, amigos) para ter tecto? Quanto tempo? Porquê?
- Estas pessoas a quem recorreu trouxeram-lhe/levantaram-lhe algum problema? (conflitos, ruptura?)

Educação do(a) menor:

- Com quem é que a criança fica durante o dia?
- Acha que é importante frequentar uma escola? Pré-escolar?
- Frequenta(m) algum tipo de actividade desportiva? E cultural? (música, dança, cinema)
- Tem computador em casa? (sim) Tem acesso à Internet? Que tipo de utilização faz do seu PC? Está em alguma rede social? (hi5, facebook, twitter...) O que pensa dessas redes sociais?

Saúde:

- Quando há algum problema de saúde a que serviços recorre? (mãe ou filho) Porquê?
- Acha que os serviços oferecem qualidade?
- Têm médico de família?
- Quem é que a aconselha na escolha do médico? Quem é marca as consultas?
- Têm algum seguro de saúde?
- Se estiver a trabalhar e o seu filho tiver que ficar em casa por estar doente o que faz? Deixa-o(a) com alguém? Quem?
- Numa situação de emergência onde se dirige? A quem recorre?
- Se alguém na sua família estiver doente /acamado e necessitar de ajuda, estaria disponível (conseguiria ter disponibilidade)? Quem e quais as condições?
- Tem alguém nesta situação? Costuma ajudar?
- Em relação aos idosos dependentes o melhor é viverem em suas casas, em casa dos filhos ou num lar?

Cidadania:

- Já alguma vez participou em algum movimento social/partido político/voluntariado? Já pensou em participar? Porquê?
- Costuma votar? (não, porquê)
- Como é que toma a decisão de votar? Quem é que a influencia? (pessoas? Comunicação social?)

Justiça:

- Alguma vez necessitou de apoio de serviços jurídicos? Como lhes acedeu? Quem a aconselhou?

Fazendo um Balanço:

- Quais foram os momentos “de viragem” na sua vida? (quando deixou de estudar; primeiro emprego; casamento; mudanças casa emprego, nascimento do(s) filho(s))
- Que problemas surgiram? Como os resolveu?
- A quem recorreu? Quem lhe deu apoio? Que apoio lhe deu?

- Quais foram os momentos mais difíceis da sua vida? (desemprego; doença; separações; mortes)
- Que problemas surgiram? Como os resolveu?
- A quem recorreu? Quem lhe deu apoio? Que apoio lhe deu?

- Como é a sua vida hoje?
- Como é o seu dia-a-dia? O que costuma fazer ao longo do dia? (exemplo ontem, anteontem etc). O que é que costuma fazer à noite? Com os seus filhos?
- O que é que costuma fazer ao fim-de-semana? (exemplo fim-de-semana passado)
- O que faz nas férias? Onde? Com quem? Que tipo de férias? O que é que desejaria fazer?
- Está satisfeita com a vida que tem? (emprego, salário, divisão de tarefas em casa, o comportamentos do(a)(s) filho(a)(s))
- Pensa que a sua vida é melhor ou pior que a dos seus pais? Porquê?
- Que perspectivas tem para o futuro? Acha que a sua vida vai melhorar ou piorar?
- Sente-se apoiada no seu dia-a-dia? Gostaria de ter mais apoio? De quem? De que tipo?